

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA**

BRUNO BISPO NAGO

**O MERCENARISMO E A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTEXTO DAS
GUERRAS IRREGULARES TRANSNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA BLACKWATER WORLDWIDE**

**MARÍLIA-SP
2023**

BRUNO BISPO NAGO

O MERCENARISMO E A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTEXTO DAS
GUERRAS IRREGULARES TRANSNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA BLACKWATER WORLDWIDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília,
para a obtenção do título Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Rafael Salatini de Almeida.

MARÍLIA
2023

N152m Nago, Bruno Bispo
O mercenarismo e a privatização da segurança no contexto das guerras irregulares transnacionais : um estudo de caso da empresa Blackwater Worldwide / Bruno Bispo Nago. -- Marília, 2023
59 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. Mercenários. 2. Guerra Irregular. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BRUNO BISPO NAGO

O MERCENARISMO E A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTEXTO DAS
GUERRAS IRREGULARES TRANSNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA BLACKWATER WORLDWIDE

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: _____
Prof. Dr. Rafael Salatini de Almeida (Unesp-Marília)

1ª Examinador: _____
Dnda. Gabrielle Custódio Carinheno (Unesp-Marília)

2º Examinador: _____
Dndo. Luís Fernando de Castro Vascon (Unesp-Marília)

Marília, SP,
28 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A fim de prestar minha homenagem e dedicar o meu trabalho de conclusão de curso, gostaria de agradecer imensamente os meus familiares por todo apoio e amor durante a minha vida, sobretudo aos meus amados pai Airton, minha tia Arlete e minha mãe Misleide que me proporcionaram os meios financeiros para que eu pudesse fixar residência em Marília e focar somente nos estudos. Assim como os meus amados irmãos Eduardo e Ana Fernanda pelo amor e companheirismo de sempre em todas as ocasiões.

Também gostaria de agradecer os meus amigos João Pedro, Douglas, Pedro, Rafael, Rogério, Kaymmi e Marco, que fiz durante a faculdade pela amizade e companheirismo em uma jornada tão atribulada na qual vivemos praticamente todas as experiências universitárias possíveis. Outrossim, acredito que seja necessário agradecer meus amigos de São Paulo que me apoiaram na decisão de vir para Marília e também fizeram questão de apesar da distância estarem sempre presentes em minha vida, portanto, agradeço aos meus amigos Lucca, Nicolas, Lucas e João Victor.

Não poderia deixar de citar com enorme afeto e amor a minha amiga e companheira Amanda que me acompanhou praticamente desde o início da minha estadia em Marília e foi fundamental para mim em todos os aspectos.

Também gostaria de citar os meus companheiros da Seção Técnica de Pós-Graduação com os quais aprendi muito e tive ótimos momentos nesse quase 1 ano de convivência e amizade, portanto, gostaria muito de agradecer em especial o Paulo, o Adilson, o Fábio, a Karina, a Rebeka e a Júlia por todos os momentos.

Finalmente, gostaria de agradecer muito o meu orientador Prof. Dr. Rafael Salatini por todo o auxílio, apoio, paciência e flexibilidade na realização desse trabalho.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as definições de conflito, guerra e suas variações, assim como a inserção dos mercenários e forças auxiliares durante a história humana, além da ascensão das recentes empresas privadas de segurança nas guerras irregulares atuais. O mercenarismo é uma prática antiquíssima, que remonta aos tempos mais remotos da humanidade, e assim como os conflitos, essa prática foi se tornando ao longo dos séculos cada vez mais complexa e abrangente. Entretanto, ainda que existam mercenários à moda antiga, no contexto da segurança global atual as empresas de segurança privada desempenham um papel preponderante, já que podem atuar em diferentes esferas do conflito, como na esfera logística e de serviços de apoio, além de fornecer aconselhamento estratégico, ainda que a utilização mais comum contratada seja o combate propriamente dito. Finalmente será feita a análise da empresa militar privada *Blackwater / Xe / Academi* desde a sua fundação pelo empresário Erik Prince, perpassando pelos episódios que alavancaram a companhia e pelas vinculações políticas e ideológicas de Prince a fim de compreender a ascensão meteórica dessa empresa militar privada à condição de exército mercenário mais poderoso do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: mercenários; guerra irregular; empresas privadas de segurança; *Blackwater*.

ABSTRACT: The present work aims to present the definitions of conflict, war and its variations, as well as the insertion of mercenaries and auxiliary forces during human history, in addition to the rise of recent private security companies in current irregular wars. Mercenarism is an ancient practice, dating back to the most remote times of humanity, and just like conflicts, this practice has become increasingly complex and comprehensive over the centuries. However, even though there are old-fashioned mercenaries, in the current global security context, private security companies play a leading role, as they can act in different spheres of conflict, such as logistics and support services, in addition to providing advice strategic, although the most common contracted use is combat itself. Finally, an analysis will be made of the private military company *Blackwater / Xe / Academi* since its founding by businessman Erik Prince, going through the episodes that leveraged the company and Prince's political and ideological ties in order to understand the meteoric rise of this private military company to the most powerful mercenary army in the world.

Keywords: mercenaries; irregular warfare; private security companies; *Blackwater*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNA – Armor Group North America

AGNU – Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas

BW – Blackwater Worldwide

CBIO – Companhia Britânica das Índias Orientais.

CHIO – Companhia Holandesa das Índias Orientais

CIA – Central Intelligence Agency

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CMPs – Companhias Militares Privadas

DIDH – Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH – Direito Internacional Humanitário

EMPs – Empresas Militares Privadas

EO – Executive Outcomes

FRU – Frente Revolucionária Unida

ICoC – International Code of Conduct for Private Security Service Providers

KBR – Kellogg, Brown & Root

MPRI – Military Professional Resources Incorporated

ONU – Organização das Nações Unidas

SAS – Special Air Service

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

WGM – Working Group on the use of mercenaries

WPPS – Worldwide Personal Protection Program

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. OS CONCEITOS DE CONFLITO E O MERCENARISMO	12
1.1. Os conceitos de conflito e guerra	12
1.1.1. Conflito	12
1.1.2. Guerra	12
1.1.3. Guerra convencional	13
1.1.4. Guerra irregular	14
1.2. Mercenarismo	16
1.2.1. Mercenarismo na idade antiga	16
1.2.2. Mercenarismo na idade média	19
1.2.3. Mercenarismo na idade moderna	20
1.2.4. Mercenarismo na contemporaneidade	22
2. EMPRESAS MILITARES PRIVADAS (EMPS) OU COMPANHIAS MILITARES PRIVADAS (CMPS)	25
2.1. Surgimento e definição	25
2.2. Tipologia e classificação das empresas militares privadas (EMPs)	28
2.2.1. Empresas militares privadas de combate ofensivo	29
2.2.2. Empresas militares privadas de consultoria e aconselhamento militar e de segurança	30
2.2.3. Empresas militares privadas de segurança armada	33
2.2.4. Empresas militares privadas de apoio logístico, transporte e funções militares auxiliares	35
2.3. O contexto regulatório das empresas militares privadas (EMPs)	36
3. ANÁLISE SOBRE A EMPRESA MILITAR PRIVADA <i>BLACKWATER</i> / <i>XE</i> / <i>ACADEMI</i>	41

3.1. A vida de Erik Prince e a fundação da <i>Blackwater Worldwide</i> (BW)	41
3.2. A consolidação da empresa militar privada <i>Blackwater</i>	46
3.3. Escândalos envolvendo a empresa <i>Blackwater Worldwide</i>	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Os conflitos globais são fenômenos que acompanham o desenvolvimento da sociedade humana, na medida em que são profundos desentendimentos entre duas forças opostas, e muitas vezes, resolvidos por meio da utilização da violência. Ao longo dos séculos os conflitos foram se tornando cada vez mais recorrentes em decorrência das disputas por recursos e territórios favoráveis para a ocupação das populações humanas em constante expansão.

Logo, na ocorrência de tais hostilidades é comum que os beligerantes tentem se valer de quaisquer estratégias em busca da vitória militar, que acarreta a conquista dos objetivos em disputa e gera a prevalência de determinadas sociedades sobre um território. Com a expansão dos contingentes populacionais humanos foram sendo formadas diversas civilizações entre si, que constantemente entravam em choque nas disputas anteriormente mencionadas.

O presente trabalho busca analisar e demonstrar como essas civilizações humanas antigas e como as sociedades humanas existentes atualmente se utilizaram das forças auxiliares, com foco especial nos mercenários, em conjunção aos seus próprios contingentes militares para obter suas vitórias militares nos conflitos ao agregar tropas oriundas de outros espaços territoriais. Serão descritos muitos exemplos de mercenarismo ao longo do texto, porém vale destacar inicialmente os povos germânicos, que atuaram em conjunto com os exércitos romanos e os mercenários genoveses, contratados pelo último imperador bizantino Constantino XI para a defesa de Constantinopla em 1453.

Tais grupos mercenários são alguns dos vários exemplos de utilização do mercenarismo como fator de obtenção de vantagens em um conflito armado por meio de recursos econômicos, na medida em que só é possível contar com o apoio militar de exércitos mercenários mediante o pagamento de determinada quantia acordada entre o contratante e o contratado. Porém, durante alguns séculos esse fenômeno nos conflitos transnacionais foi de certa forma reduzido, visto que com a emergência dos Estados nacionais, os cidadãos dotados de direitos lutavam pela soberania de sua nação nos exércitos nacionais.

Dessa forma, a pujança dos exércitos nacionais era mais que fundamental na afirmação das nações como potências mundiais, mesmo que essas nações ainda empregassem mercenários e outras forças auxiliares nos processos de colonização

que perduraram por no mínimo quatro séculos. Após as duas grandes guerras mundiais e na posterior Guerra Fria, conflitos interestatais em que os gastos militares internacionais apresentaram um crescimento inédito na história mundial. Todavia, com o fim da Guerra Fria houve uma desmobilização considerável dos poderes militares dos países com a diminuição da tensão no cenário internacional.

Essa desmobilização militar associada à crescente adesão das nações ao modelo econômico neoliberal, produziu o substrato necessário para a emergência das empresas privadas de segurança militar, na medida em que a desmobilização dos exércitos nacionais por todo o mundo gerou uma oferta significativa de militares desempregados, que seriam contratados por essas empresas. Assim, para atender a nova demanda por serviços militares privados surgiram variadas empresas militares privadas oferecendo diferentes tipos de serviços relativos ao setor de segurança.

Logo, é necessário apontar a contínua existência de grupos mercenários agora repaginados em estruturas altamente organizadas, entre elas a mais relevante para o presente texto é a estrutura da empresa *Blackwater Worldwide*, que teve um papel de destaque em moldar as tendências da nova indústria militar e junto a outras empresas militares privadas definir os rumos dos conflitos atuais, em sua brutal maioria caracterizados como guerras irregulares, ou seja, não mais conflitos interestatais, e sim conflitos entre um Estado e um adversário não estatal (milícias, narcotráfico, entre outros) a partir dos interesses da política externa dos governos nacionais que contratam seus serviços.

1. OS CONCEITOS DE CONFLITO E O MERCENARISMO

1.1. Os conceitos de conflito e guerra

Os grupos humanos ao longo da história sempre se utilizaram de interações com outros grupos para garantir meios para sua sobrevivência, visto que desde os primórdios as relações de cooperação foram necessárias para a prosperidade de nossa espécie. Entretanto, deve-se destacar que essas interações humanas também foram marcadas por profundos desentendimentos, conflitos, que em inúmeras ocasiões foram resolvidos por meio da utilização da violência.

Os conflitos e subsequentes guerras serão objeto de discussão deste texto, na medida em que tratar desses fenômenos é evidenciar as mudanças e evoluções que ocorreram no percurso da humanidade até os dias de hoje. De modo que tais conflitos e guerras provocaram inúmeras inovações tecnológicas e técnicas que foram as bases para as novas tecnologias que moldam o mundo contemporâneo.

1.1.1. Conflito

Para iniciar a discussão que se seguirá é de suma importância apresentar as acepções dos termos que serão abordados com mais profundidade ao longo do texto. Dessarte, como uma definição do conceito de conflito pode-se dizer que “o conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (BARILLARO, 1992, p. 275).

Com o decorrer dos séculos os conflitos foram se tornando mais complexos e envolvendo mais atores, por isso atualmente há uma ampla gama de tipos de conflito, uma vez que as civilizações humanas se organizaram de formas extremamente diversas na construção das suas forças militares durante a história da humanidade pelas próprias particularidades culturais e até mesmo geográficas nas quais as diferentes sociedades travavam suas batalhas.

1.1.2 Guerra

No esteio da ampliação da complexidade dos conflitos, houve também um incremento na complexidade das guerras, isto é, “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 07).

É fundamental a apresentação desses conceitos, visto que o desenvolvimento de todo o aparato militar durante a história deriva primariamente dos conflitos políticos por acesso a recursos limitados. Desta maneira, o desdobramento violento para a resolução de tais conflitos humanos, nos quais somente a política não é capaz de gerar um desfecho favorável às duas partes conflitantes é a guerra. E assim, recorre-se mais uma vez ao general prussiano Carl von Clausewitz na célebre assertiva de que: “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27).

1.1.3. Guerra convencional

Partindo-se deste pressuposto, as formas de organização das sociedades humanas também são imprescindíveis na compreensão dos conflitos e, conseqüentemente, das guerras. Com a organização do Estado em suas primeiras variantes na Idade Antiga e, posteriormente, com a emergência dos Estados Nacionais no Moderno Sistema Internacional estabelecido pela Paz de Westfália em 1648, surgiu um tipo de conflito militar que ficaria conhecido como guerra convencional. As guerras convencionais são caracterizadas pela presença de exércitos regulares organizados pelas estruturas estatais que combatem em espaços amplos em grandes batalhas, ou seja, guerras em que o monopólio da violência era estatal. Como exemplos deste tipo de guerras pode-se citar as Guerras Médicas, as Guerras Napoleônicas e as duas Guerras Mundiais.

A acepção de guerra convencional se confunde com a definição de guerra na visão de muitos autores como o próprio brilhante general Clausewitz, segundo a qual os cidadãos são elementos passivos dos conflitos militares como soldados das máquinas de guerra de seus países de origem, comandadas pelos oficiais militares, que por sua vez tem de utilizar seus conhecimentos e astúcia no campo de batalha a fim de objetivar os interesses políticos dos governantes da nação. Portanto, utilizando a perspectiva de igualdade entre tais definições, o general prussiano afirma que

As paixões chamadas a incendiar-se na guerra de preexistir nos povos em questão; a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento no domínio do acaso e das suas vicissitudes dependerá do caráter do comandante e do exército; quanto aos objetivos políticos, só o governo decide por eles. (CLAUSEWITZ, 1996, p. 30)

Porém, a partir de uma análise que abarca mais elementos da contemporaneidade, o coronel William S. Lind dividiu os conflitos militares em quatro gerações. As guerras da primeira geração são aquelas caracterizadas pela presença de tropas numerosas dispostas de maneira simétrica nos campos de batalha e organizadas pela burocracia estatal, como exemplo o autor cita as guerras napoleônicas. Os conflitos de segunda geração apresentam o incremento da artilharia nas batalhas aliado aos avanços da infantaria dos exércitos nacionais, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial. A terceira geração de conflitos introduz a integração de ataque entre as forças armadas com o emprego de aviões, navios e blindados terrestres concomitantemente, como no caso da Segunda Guerra Mundial.

As três primeiras gerações de conflitos apresentam em comum o monopólio da violência e organização da estrutura militar pelo Estado. Enquanto a quarta geração de conflitos se caracteriza principalmente pela perda do monopólio da violência pelo Estado, de modo que os conflitos da quarta geração são as chamadas guerras irregulares, que ainda possuem finalidades políticas, mas abarcam uma gama mais complexa de causas culturais, étnicas, religiosas e ideológicas. Entretanto, há de se ressaltar que, “na verdade, não é uma ‘evolução’ dos conflitos, mas uma tendência ao se adaptarem a uma nova realidade de combate baseada numa nova estrutura tecnológica e política” (MIRANDA e NASCIMENTO, 2011, p. 06).

1.1.4. Guerra irregular

Comumente o pensamento geral sobre o conceito de guerra se refere a essas guerras em larga escala denominadas guerras convencionais ou guerras clássicas clausewitzianas. Porém, também existem guerras não somente travadas entre Estados, que possuem objetivos políticos e não obedecem às regras que normatizam o emprego da violência, as guerras irregulares. Ainda que não haja uma definição completamente precisa sobre o conceito de Guerra Irregular, de acordo com o autor Marcelo Souza, a guerra irregular é um conflito em que uma das partes beligerantes não apresenta organização militar nos parâmetros das forças armadas de um Estado-nação, não combate seguindo uma doutrina militar e nem possui reconhecimento jurídico dos organismos internacionais (SOUZA, 2018). Como exemplos de guerras irregulares tem-se a Guerra do Vietnã, a Revolução Argelina e a Guerra do Afeganistão.

O emprego do conceito de guerra irregular é muito problemático, visto que pela ausência de uma delimitação clara a seu respeito, há muita margem para a

desvirtuação de seu real significado conceitual. De forma que é constantemente empregado como sinônimo do conceito de guerrilha, quando na verdade a guerrilha é uma das táticas militares empregadas em um contexto de guerra irregular. Portanto, “guerrilha é um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular”, ou seja, “os objetivos por ela perseguidos são mais políticos que militares” (GORI, 1992, p. 577).

Bem como o termo guerra irregular é frequentemente utilizado como sinônimo do conceito de Guerra Assimétrica, todavia, de acordo com o autor Reis Friede uma guerra assimétrica é “todo e qualquer tipo de conflito bélico em que, - pelo menos em algum momento -, a superioridade militar (e, particularmente, tecnológica) de um dos contendores resta evidente no Campo de Batalha” (FRIEDE, 2010, p.158). Logo, não é correto sustentar a igualdade entre os conceitos de guerra irregular e guerra assimétrica, na medida em que a assimetria também pode ocorrer em uma guerra convencional, já que o fato que identifica uma guerra assimétrica é a disparidade de forças evidente entre as duas forças beligerantes. Friede cita os bombardeios a Dresden e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki na Segunda Guerra Mundial, além da Segunda Guerra da Chechênia mais recentemente como exemplos.

Entretanto, além do conceito de guerra assimétrica, há o conceito de Guerra Assimétrica Reversa, isto é,

todo e qualquer tipo de conflito bélico em que – pelo menos em algum momento –, existe a efetiva limitação (ou, em termos mais precisos, autolimitação) do emprego da evidente superioridade militar (e, particularmente, tecnológica) no Campo de Batalha. (FRIEDE, 2010, p. 159)

A partir dessa acepção, é possível compreender a complexidade das novas guerras irregulares, visto que a superioridade militar de uma das partes beligerantes acaba se tornando nula em alguns conflitos devido à incapacidade de utilizar todo o aparato militar de grande porte oriundo do arquétipo das guerras convencionais do século XX. O autor Reis Friede utiliza como exemplo principal do fenômeno de assimetria reversa a Guerra do Vietnã, em que mesmo com todo aparato militar utilizado contra os vietcongues pelos Estados Unidos da América, o Vietnã do Norte conseguiu resistir e vencer a guerra na qual superioridade militar estadunidense, principalmente aérea, estava caracterizada de maneira evidente.

Logo, diante do novo cenário militar no qual as guerras convencionais são pouco observadas nos conflitos bélicos atuais, as guerras irregulares assumiram um papel

preponderante na segurança internacional, uma vez que os principais conflitos atuais são intraestatais, e, portanto, se dão entre Estados e organizações não-estatais. Tais organizações como milícias, grupos de narcotráfico, grupos revolucionários, entre outros são capazes de enfrentar Estados nacionais, uma vez que

[...] as Guerras Irregulares tem um objetivo bem claro, que foge dos dois primeiros fatores apontados por Clausewitz, mas está relacionado intimamente com o terceiro, que é atacar a vontade de lutar do inimigo, e dessa forma, desmoralizando-o em sua capacidade de atingir seus objetivos. (MIRANDA e NASCIMENTO, 2011, p. 06)

Ainda que guerras irregulares sejam fenômenos muito antigos na história militar na perspectiva das táticas de combate propriamente ditas, no século XXI esse tipo guerra também denominado como “guerra nas sombras” utilizadas por atores não-estatais deve ser detidamente estudado, já que além de elementos militares não-convencionais como ataques surpresas, tomadas de reféns, atentados e situações de desordem que criem um ambiente de insegurança e terror. Como resultado dessas ações “enquanto as guerras antigas estavam associadas com a construção do Estado, as novas guerras são o oposto; elas tendem a contribuir com o desmantelamento do Estado” (KALDOR, 2013, p. 03).

1.2. Mercenarismo

Como visto anteriormente os conflitos e guerras são fenômenos que estão intimamente associados ao desenvolvimento das sociedades humanas. Logo, na ocorrência de tais hostilidades é comum que os beligerantes tentem de alguma forma obter vantagens no campo de batalha, se valendo de fatores específicos para ser o vencedor da guerra.

Existem inúmeros elementos para obter vantagens em uma batalha ou em uma série de batalhas como novas técnicas, armas e táticas militares, entretanto esse texto se propõe a analisar de forma mais atenta a utilização de forças auxiliares. A composição de tais forças variou no decorrer da história humana, uma vez que de forças auxiliares aos exércitos regulares já participaram escravos, grupos marginalizados na sociedade, e principalmente, mercenários, que pela definição do dicionário Michaelis são: “soldados que, por dinheiro, servem a um governo estrangeiro” (MICHAELIS, 2016).

1.2.1. Mercenarismo na idade antiga

Tendo essa definição em mente, pode-se buscar na historiografia inúmeros exemplos da ação dos mercenários nas incontáveis guerras travadas ao longo da história. Entre as primeiras menções históricas de grupos mercenários pode-se citar “a Batalha de Kadesh (1294 a.C), entre hititas do Rei Muwatalli II e egípcios, oportunidade na qual o exército do faraó Ramsés II contava em suas fileiras com mercenários núbidas” (MELO, 2019, p. 13). Também é possível citar o grupo de mercenários liderado por David, figura bíblica apresentada no Antigo Testamento que matou o filisteu Golias, e após, ser exilado pelo rei Saul formou tal grupo mercenário que saqueava as vilas para a própria sobrevivência.

Outro período marcante no estabelecimento das forças mercenárias como componentes importantes da história militar mundial foi o período da Grécia Antiga. Porém, é necessário apontar alguns elementos sobre a organização social das *pólis* gregas antes de tecer considerações a respeito do mercenarismo, uma vez que nas *pólis* gregas existia a figura do “soldado cidadão”. Também denominados hoplitas, tais cidadãos das *pólis* possuíam participação direta nas decisões políticas de suas respectivas cidades, e quando essas cidades viviam períodos de guerra, esses mesmos cidadãos lutavam para a manutenção de sua liberdade política diferentemente dos soldados mercenários que eram conhecidos como *mistophoros* – aquele que recebe *misthos*, ou seja, pagamento – contratados para auxiliarem as tropas hoplitas *políadas* (SANT’ANNA, 2008).

Entretanto, também deve-se destacar que tal diferenciação entre os soldados mercenários e os soldados-cidadãos não é tão trivial, uma vez que tais soldados-cidadãos em determinadas ocasiões também poderiam ser pagos pelo serviço militar ou com espólios das batalhas vencidas. Assim, o fato que evidencia essa distinção entre os tipos de soldado citados anteriormente está relacionado ao declínio das *pólis* gregas causado pelas guerras com os persas e os macedônios, na medida em que essas outras duas sociedades eram caracterizadas pela organização política monárquica, na qual não há cidadãos e somente súditos do rei. Desta feita, esses reinos apresentavam em suas tropas apenas soldados profissionais muito diferentes das tropas hoplitas *políadas*, de modo que com o esfacelamento das *pólis* gregas provocado por esses dois Impérios poderosos da Idade Antiga e outros fatores internos, a figura do soldado-cidadão *políade* foi relegada a um papel secundário com a ascensão desses grandes exércitos profissionais (SANT’ANNA, 2008).

Posteriormente ao auge da civilização grega e helenística, passa-se a abordar o mercenarismo na civilização romana, que também era caracterizada no âmbito militar pela presença massiva de tropas cívicas. O exército romano possuía uma grave tradição cívica e, assim, um dos primeiros contatos das tropas romanas com exércitos primariamente mercenários ocorreu através das Três Guerras Púnicas, nas quais romanos e cartagineses guerrearam pela hegemonia no Mediterrâneo Ocidental. Em tais guerras, os cartagineses se utilizaram de exércitos mercenários aliados as táticas de tradição helenística promovidas por Xantipo – um mercenário espartano que comandou as tropas cartaginesas na Primeira Guerra Púnica – para combater as legiões romanas.

Os romanos foram os vencedores incontestáveis das Guerras Púnicas, ainda que estas tenham causados danos gravíssimos as tropas romanas cívicas, porém foram responsáveis pelo primeiro contato dos generais de Roma com exércitos mercenários organizados, que seriam muito utilizados pelos imperadores romanos nas conquistas do Império Romano nos séculos seguintes e na defesa do território imperial contra as invasões dos chamados povos bárbaros. A civilização romana, pois, apresentava uma forte tradição militar cívica, porém após a transição política romana do modelo republicano para o modelo imperial as campanhas militares avançaram pelo território europeu, africano e asiático.

À medida que o Império se estendia, a logística militar romana ficava comprometida, visto que era muito difícil naquele período enviar tropas da capital romana aos confins do território imperial a tempo de abastecer os exércitos que porventura estivessem enfrentando dificuldades nas batalhas contra os denominados povos “bárbaros”. Isto posto, foi se tornando uma prática comum aos exércitos de Roma utilizar mercenários de outros povos que estavam compreendidos no território do Império para lutar nas guerras contra outras tribos e povos que a potência romana buscava conquistar e cobrar impostos.

A prática do mercenarismo foi destaque no contexto militar romano, já que segundo Guarinello as tropas cívicas se mostravam incongruentes com as batalhas expansionistas na fase do imperialismo ofensivo de Roma. Outrossim, há de se destacar que a tradição militar romana já havia sido gravemente alterada antes do início do imperialismo ofensivo, porque em 111 a.C. o general Caio Mário promoveu algumas reformas militares modificando a estrutura de recrutamento do exército ao convocar para compor as fileiras das legiões ao contrário indivíduos sem bens em contraposição

à tradição romana, que se baseava na convocação de cidadãos detentores de propriedades, assim, os legionários se tornaram assalariados e o exército de Roma se tornou profissional. Dessa maneira, os soldados romanos regulares junto às forças auxiliares formadas por escravos, mercenários e estrangeiros foram responsáveis pelas conquistas militares que produziram um dos maiores Impérios que a humanidade já viu (FERREIRA, 2011).

1.2.2. Mercenarismo na idade média

Com o desmantelamento do Império Romano, a Europa Ocidental passou por momentos de grande instabilidade política produzido por inúmeras guerras entre as tribos e os povos da região que haviam se libertado da subjugação romana que perdurou durante séculos. Desta forma, o contexto medieval se caracterizava pela descentralização política em que os principais comandantes militares eram os senhores feudais, que em períodos de guerra recrutavam os servos de seus próprios feudos e seus outros vassalos para lutarem nas batalhas em troca de proteção e da concessão de terras para a produção agrícola.

Em tal conjuntura, os reis do período medieval devido à grave dificuldade no recrutamento de tropas leais, na medida em que os a maioria esmagadora dos camponeses estava sob a condição de servos dos seus respectivos senhores feudais, assim, os monarcas do medievo recorreram aos mercenários ou como eram conhecidos “lanças livres”, ou seja, guerreiros profissionais geralmente comandados por cavaleiros de camadas sociais nobres ou líderes carismáticos camponeses que combatiam nas inúmeras batalhas medievais mediante soldo lucrativo (PEREIRA, 2020). Segundo o autor Joel Avelino Pereira tais guerreiros foram fundamentais na consolidação do poder político de muitos monarcas daquele período pelo fato de que:

Em primeiro lugar, eram conhecedores de todo o tipo de artimanhas, de invasão de fortificações ou castelos. Eram capazes de matar de forma traiçoeira os seus adversários nobres. Passam a ser um pequeno poder dentro do poder militar disponível no Ocidente dos finais da Idade Média. Ganham por isso, uma reputação de valorosos combatentes, com características difíceis de encontrar entre os guerreiros do estado que os recrutava. (PEREIRA, 2020, p.17)

Logo, os mercenários apesar de seu caráter brutal e impiedoso nas batalhas e nos assassinatos de nobres rivais, moldaram a composição de forças da Idade Média, visto que eram uma importante força militar que poderia ser o diferencial na vitória de batalhas que ergueram importantes reis na Europa.

Entre esses grupos mercenários se notabilizaram por exemplo: a guarda varegue, mercenários vikings que combatiam em favor dos imperadores bizantinos durante séculos e o grupo de mercenários venezianos e genoveses comandados pelo comandante Giovanni Giustiniani na batalha entre otomanos e bizantinos por Constantinopla, na qual o imperador bizantino, Constantino XI, contratou esses mercenários, porém foi derrotado e a cidade foi tomada pelos turcos otomanos.

Tais grupos mercenários são alguns dos vários exemplos de utilização do mercenarismo como fator de obtenção de vantagens em um conflito armado por meio de recursos econômicos, na medida em que só é possível contar com o apoio militar de exércitos mercenários mediante o pagamento de determinada quantia acordada entre o contratante e o contratado.

1.2.3. Mercenarismo na idade moderna

Em ordem de apresentar todas as fases do mercenarismo durante a história humana, finalmente parte-se para a explicação e exemplificação de alguns célebres grupos mercenários que existiram na modernidade e na contemporaneidade, além de outros grupos que ainda existem nos dias atuais. Como já dito anteriormente, os mercenários estavam presentes de maneira decisiva nos conflitos europeus durante a Idade Média, que segundo a historiografia geral se encerrou com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453.

Ainda assim, a partir da Idade Moderna pode-se afirmar que as práticas de mercenarismo permaneceram presentes nos conflitos europeus, uma vez que os Estados nacionais europeus ainda estavam em formação tanto territorial quanto burocrática. Dessa forma, os exércitos reais eram marcados pela grande presença desses “lanças livres” até a ascensão dos grandes exércitos nacionais, que só se tornaram efetivamente forças primordiais no contexto europeu quando os monarcas, que apresentavam seu poder fragilizado pela descentralização política feudal, passaram a comandar grandes porções territoriais com o apoio da burguesia emergente, que por sua vez necessitava da unificação monetária e política dos territórios para ampliar as suas atividades comerciais.

Logo, até que surgissem os exércitos nacionais europeus comandados pela burocracia estatal, a modernidade apresenta de maneira farta grupos mercenários, visto que na expansão marítima europeia para as Américas, os conhecidos conquistadores espanhóis Francisco Pizarro e Hernán Cortés possuíam entre os seus

comandados uma série de mercenários alemães. Outrossim, tem-se o caso da guarda suíça, mercenários suíços convocados para a proteção do Papa Júlio II em 1506 que até hoje é responsável pela segurança do território do Vaticano.

Os mercenários durante a Antiguidade e a Idade Média se organizavam em bandos desorganizados ou companhias ainda primariamente estruturadas, fato que ainda era recorrente no início da Idade Moderna, já que no decorrer da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) estiveram presentes cerca de 1.500 companhias privadas de mercenários, que seriam uma das principais causas para a duração prolongada desses conflitos, já que tais companhias mercenárias tinham seus lucros advindos das hostilidades, portanto, o interesse dos combatentes mercenários era a perpetuação da guerra para a manutenção de seus lucros (PIMENTEL, 2013).

Porém, é fundamental evidenciar que houve uma evolução da organização dos mercenários no decorrer dos séculos, uma vez que ao longo da modernidade tais grupos mercenários foram profundamente remodelados pela iniciativa das burocracias estatais em transformar companhias mercenárias essencialmente—militares em companhias de comércio, que contavam com a utilização de mercenários na proteção das atividades comerciais assim como nas eventuais disputas militares de territórios coloniais para a realização de trocas comerciais. Entre essas organizações vale destacar a Companhia Britânica das Índias Orientais (CBIO), criada em 1599 e que perdurou até 1857, aliando as companhias mercenárias com o grande capital oriundo das atividades comerciais proporcionadas pelo sistema de dominação colonial, na qual agentes privados britânicos enriqueciam e geravam dividendos e novos territórios para o Estado britânico produzindo o que se pode denominar “economia privada de guerra” (PIMENTEL, 2013).

Outro tipo de prática que aliava a burocracia estatal dos Estados nacionais, que emergiram com grande potência aos mercenários era a prática do corsarismo, que segundo a autora Talitha Souto era uma privatização da violência nos mares apoiada por alguns Estados nacionais do período moderno na qual:

[...] corsários eram pessoas do setor privado que navegavam com uma autorização do governo, carta de corso, para atacar embarcações estrangeiras bélicas ou mercantis e ficavam com parte da mercadoria pilhada como pagamento. Em determinados períodos na Inglaterra, os corsários eram autorizados a reter tudo que adquirissem, pois, o maior interesse consistia em prejudicar o inimigo, os transformando em uma importante estratégia de guerra. Essa prática durou até a metade do século XIX, sendo uma das maiores responsáveis pelo

desenvolvimento naval do Reino Unido e da França. (SOUTO, 2017, p.14)

Isto posto, ainda que o corsarismo e as Companhias de Comércio aliadas às companhias mercenárias persistissem no cenário internacional naquele período, na conjuntura da Idade Moderna ocorreu uma grave alteração do caráter das guerras de modo que com a Paz de Vestfália em 1648, na qual foi originado o sistema de Estados-nação que vigora até os dias atuais. Com o estabelecimento da hegemonia da figura dos Estados-nação sobre os territórios europeus, os monarcas obtiveram uma majoração em todos os âmbitos do poder e, conseqüente, maior poder militar, na medida em que com a difusão dos ideais patrióticos e de cidadania posteriormente propagados pelo Iluminismo e pelas próprias Revoluções Liberais em conjunto com o poder político monárquico facilitaram o recrutamento dos habitantes nacionais de seus respectivos países para a formação de exércitos nacionais pujantes.

Assim sendo, é possível alegar que as guerras sobretudo a partir dos tratados firmados na Paz de Vestfália deixaram de ser conflitos entre Reis para se tornarem conflitos entre povos, o principal exemplar dessa mudança radical da natureza dos conflitos militares se deu já na Idade Contemporânea que foi o episódio das Guerras Napoleônicas (MELO, 2019).

1.2.4. Mercenarismo na contemporaneidade

Dessarte, ao iniciar a abordagem sobre o mercenarismo na Idade Contemporânea deve-se ter em mente a estruturação dos exércitos nacionais ocorrida na modernidade, pois os mercenários, que durante o Medievo e em boa parte da modernidade até a ruptura gerada pelos tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos possuíam um papel preponderante nos conflitos europeus devido à desarticulação do poder político desse período gerador da conseqüente desarticulação do poder militar na conjuntura europeia, passaram a ser uma força militar marginal com a ascensão dos exércitos nacionais patrióticos comandados pela burocracia estatal militar eivada de um sentimento nacionalista ferrenho em detrimento da busca exclusiva do lucro pelas companhias mercenárias.

Tais companhias mercenárias e outros grupos de mercenários durante quase toda a contemporaneidade foram utilizadas pelos Estados europeus em suas colônias ultramarinas a fim de garantir a segurança do monopólio das transações comerciais das Companhias de Comércio, das quais pode-se destacar a já citada Companhia

Britânica das Índias Orientais (CBIO) e a Companhia Holandesa das Índias Orientais (CHIO), enquanto os exércitos nacionais europeus regulares se concentravam na manutenção do domínio político desses territórios coloniais e nas batalhas ocorridas no território europeu.

Assim, o mercenarismo na contemporaneidade teve uma participação mais modesta nos conflitos e guerras, uma vez que a atuação dos mercenários se separou dos exércitos regulares dos Estados para se tornar uma atuação privada na segurança das atividades comerciais das Companhias de Comércio assim como em missões militares secretas geralmente associadas a crimes internacionais ou interferências em regimes políticos que desafiam as potências estabelecidas no sistema internacional. Os grupos mercenários nunca deixaram de existir, entretanto assumiram um papel exacerbadamente marginal do cenário de segurança internacional, visto que os Estados tanto os surgidos na Paz de Vestfália quanto os que emergiram através das unificações estatais ocorridas no século XIX e dos processos de independência nos séculos XVIII, XIX e XX adotaram o modelo militar baseado em exércitos nacionais patrióticos formados não mais por mercenários, mas sim por cidadãos que defendem a soberania de suas respectivas nações.

Em vista disso, é possível afirmar que houve um avanço gigantesco nos gastos e na profissionalização dos exércitos nacionais nos últimos dois séculos, de modo que em um contexto de recorrente instabilidade política no sistema internacional as nações se viram obrigadas a manter exércitos regulares pujantes em ordem de estar preparadas para eventuais hostilidades promovidas por outros Estados, fato que ocorreu de maneira reiterada principalmente no século XX.

Devido às duas grandes guerras mundiais tais gastos militares foram ampliados com ainda mais gravidade do que já ocorria no século XIX, e posteriormente, ainda mais ampliados em virtude da tensão política e militar no cenário da Guerra Fria, durante a qual houve a utilização de mercenários nas ex-colônias africanas para a tentativa de supressão de movimentos revolucionários de maneira mais relevante, entretanto mercenários também estiveram presentes em ações promovidas pelas grandes potências nas Américas e no continente asiático.

Porém, com o fim da Guerra Fria houve uma grande desmobilização de boa parte do aparato militar de inúmeras nações do sistema nacional em razão da diminuição da tensão mundial proporcionada até então pela disputa entre as duas superpotências, URSS e EUA, e o temor de uma eventual guerra nuclear. A partir dessa

desmobilização dos efetivos militares foi produzida uma enorme massa de soldados treinados desempregados.

A conjuntura mundial pós-Guerra Fria era caracterizada pela ascensão de novos contenciosos internacionais, uma vez que nas zonas periféricas do sistema internacional ressurgiram confrontos oriundos das antigas tensões internas pré-Guerra Fria que haviam sido pacificados pela pressão das superpotências, produzindo um cenário de inúmeros novos conflitos interestatais e intraestatais (MELO, 2019). Logo, todos esses fatores supracitados estimularam de forma inequívoca a formação de empresas militares privadas, que segundo a lógica capitalista, se utilizaram da oferta de mão de obra militar especializada e experiente oriunda da desmobilização do aparato militar com o fim da Guerra Fria para atender a demanda por serviços militares de Estados nacionais fracos entranhados em conflitos sangrentos contra movimentos políticos revolucionários ou separatistas.

2. EMPRESAS MILITARES PRIVADAS (EMPS) OU COMPANHIAS MILITARES PRIVADAS (CMPS)

2.1. Surgimento e definição

A partir do fim da Guerra Fria, com a dissolução da União Soviética e o sucesso das economias capitalistas nos anos 1980 seguindo a liderança de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o modelo neoliberal de privatizações se tornou a principal via econômica a ser adotada por muitos Estados nacionais. Essa guinada mundial privatista fez com que houvesse a terceirização de um setor historicamente estatal nos Estados contemporâneos, o setor de segurança, com a contratação de empresas militares privadas por diversos países.

Porém há controvérsias sobre a privatização dessa função do Estado, já que de acordo com o autor Melo (2019, p. 22):

Não obstante, há quem defenda que o retorno à privatização da violência contraria a própria essência e identidade do Estado. De acordo com Max Weber, uma das características constituintes do Estado é o monopólio da violência, isto é, somente o Estado possui o poder e o direito legítimo à violência, toda violência privada é ilícita.

Portanto, a privatização ou terceirização das forças militares se apresenta como um tema controverso no âmbito da segurança global, na medida em que demite o Estado do monopólio da violência pregado pela concepção estatal weberiana, porém é considerada uma prática benéfica para alguns Estados com baixo poderio militar para lidar contra movimentos de insurgência ou terroristas, assim como para outros Estados que optam por tornar suas forças militares privadas a fim de reduzir custos operacionais e trâmites burocráticos.

A história militar apresenta inúmeros exemplos de exércitos mercenários em diversos conflitos como já foi demonstrado, no que se refere às empresas militares privadas pode-se afirmar que a primeira EMP denominada Watchguard Internacional foi criada em 1967 pelo Sir David Stirling empregando antigos militares que atuavam na Special Air Service (SAS) do exército da Grã-Bretanha para realizar treinamento de soldados estrangeiros em exércitos no exterior.

A partir desse empreendimento, é possível citar outros exemplos de iniciativas de empresas militares privadas durante a segunda metade do século XX, entretanto a empresa que se destacou gravemente apenas no início dos anos 1990 foi a empresa Executive Outcomes (EO), de origem sul-africana e fundada em 1989, que teve

atuações de efetivo sucesso em Angola e Serra Leoa contratada pelos governos desses países para combater a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Revolucionária Unida (FRU), respectivamente. No ano de 1995, em Serra Leoa o combate se arrastava de forma sangrenta e brutal entre as forças da FRU e as forças do governo serra-leonês, após a contratação dos militares da EO foram necessários cerca de 10 dias para a destruição de boa parte das bases da guerrilha de extrema-direita. Com o enfraquecimento da guerrilha no decorrer de alguns meses se chegou ao Acordo de Paz de Abidjan, que previa a retirada dos militares da Executive Outcomes, mas foi quebrado pelas forças da FRU até que a paz se instalasse através do Acordo de Lomé três anos mais tarde (ZEN, 2012).

As empresas militares privadas (EMPs) são organizações que passaram a ter um papel extremamente relevante no contexto da segurança global das últimas décadas, por conseguinte ainda é controversa uma definição estrita do que seriam tais organismos privados. Para a fluência do presente texto, parte-se da designação realizada por Miguel (2012):

[...] as EMP são organizações profissionais privadas legais, de carácter permanente e transnacional, cuja estrutura corporativa assenta numa lógica empresarial, que comercializam e competem num mercado aberto e global, e que fornecem serviços intimamente relacionados com a guerra, nomeadamente no âmbito de combate militar, consultoria militar e de apoio militar.

Dessa forma, tais corporações atuam em diversas áreas relacionadas ao setor de segurança militar, intimamente ligadas a fortes grupos econômicos internacionais e contratadas por governos nacionais, além de outros grupos internacionais que necessitam de serviços militares variados. As EMPs ou CMPs floresceram em um pano de fundo internacional muito favorável devido à desmobilização de múltiplos contingentes militares com o fim da Guerra Fria, especialmente de grupos de elite, que recorrentemente formam os quadros militares dessas empresas militares, de maneira que “um exemplo a ser destacado é a Executive Outcomes, formada por ex-combatentes das forças especiais do South African Defence Force, que atuou em todo continente africano” (MELO, 2019, p. 25).

A ascensão dessas companhias foi meteórica não somente pela conjuntura global de desmobilização dos aparatos militares nacionais, mas também pelo sucesso incontestável dessas empresas nos conflitos em que atuaram já durante os anos 1990, uma década caracterizada pela irrupção de inúmeros contenciosos intraestatais como

os que ocorreram na antiga Iugoslávia, na África e no Oriente Médio. Tamanho sucesso foi produzido pelo alto grau de especialização, pela modernidade dos equipamentos utilizados e pela organização logística eficiente dos agentes militares contratados pelas EMPs, fato que se depreende em números uma vez que a indústria militar privada em todo o globo passou de um lucro de 55,6 bilhões de dólares em 1990 para um lucro de 202 bilhões de dólares no ano de 2010 (MIGUEL, 2012).

Não há como negar que as empresas militares privadas possuem uma relevância acentuada no mercado global de segurança, até pelos dados lucrativos supracitados, todavia estão muito distantes de ser um primor na visão dos estudiosos e analistas do tema, já que os contratados dessas empresas não são membros das forças regulares dos Estados e lutam única e exclusivamente pelo provento financeiro acordado com a empresa contratante. Portanto, seriam perigosos à segurança global devido ao fato de que não estão sujeitos à regras claras de responsabilização militar diferentemente das forças militares regulares nacionais que seguem os códigos militares dos exércitos nacionais de cada Estado, assim como seriam um mecanismo de fragilização do sistema democrático, visto que esses soldados atuam fora da lógica do soldado cidadão, criada na democracia grega e reincorporada na sociedades ocidentais com todo o vigor durante as Revoluções Liberais dos séculos XVIII e XIX, especialmente na Revolução Francesa (MELO, 2019).

Outros fatores de preocupação entre estudiosos e analistas da segurança militar privada com a utilização das EMPs pelos Estados nacionais seriam a perda de controle das instituições democráticas do Estado de eventuais interferências políticas em outras nações, ou seja, de acordo com Melo (2019, p. 34):

Em casos extremos, PMSCs poderiam atuar como ferramenta de política externa para governos que desejassem intervir em conflitos estrangeiros, mas não oficialmente. Um episódio que é utilizado para ilustrar tal possibilidade foi a utilização da empresa Military Professional Resources Inc., como instrumento de política dos EUA, nos Balcãs, em conflitos armados na década de 1990.

Tal prática revela concomitantemente a ampliação de possibilidades de ingerência externa de muitos Estados nacionais interventores na política internacional por meio dessas empresas militares privadas, assim como também demonstra a preferência atual dos mandatários nacionais por agentes contratados em detrimento dos grupos de elite dos exércitos regulares, justamente pela necessidade de extraoficialidade dessas missões em conflitos externos. Outrossim, ainda que a grande

maioria das Empresas Militares Privadas (EMPs) ou *Private military and security companies* (PMSCs, em inglês) possuam acordos apenas contratos com governos, organizações internacionais e outras corporações empresariais, existem rumores a respeito de EMPs que tem sido contratadas por organizações terroristas, grupos ligados ao narcotráfico, entre outras atividades ilícitas na comunidade internacionais (MELO, 2019).

Logo, segundo autores como Peter Singer e Sarah Percy há um esforço enorme das Empresas Militares Privadas (EMPs), que realmente apresentam graves problemas no que tange a transparência tanto no âmbito financeiro quanto no âmbito operacional, em se descolar da alcunha de “corporações de mercenários” a fim de propagar a ideia de que tais empresas realizam atividades que estão de acordo com a legalidade e de cooperação com as forças militares regulares dos países que as contratam nos conflitos internacionais (MELO, 2019).

2.2. Tipologia e classificação das empresas militares privadas (EMPs)

No que tange a classificação das Empresas Militares Privadas não há um consenso entre os autores sobre a tipologia destas empresas inseridas no âmbito da segurança, visto que é possível encontrar diferenciações relacionadas ao grau de violência empregado por tais corporações (ativas ou passivas), entre outras classificações que variam de autor para autor. O presente texto faz a opção explicar com a maior detalhe a classificação criada pela autora Hannah Tonkin que enquadra tais empresas militares privadas em quatro grupos distintos: 1) combate ofensivo, 2) consultoria e aconselhamento militar e de segurança, 3) segurança armada e 4) apoio logístico, transporte e funções militares auxiliares. Há de se ressaltar que a vasta maioria das empresas militares privadas como corporações extremamente organizadas e hierarquizadas raramente realizam apenas as atividades em que estão categorizadas, ainda que se especializam ou sejam mais reconhecidas no mercado internacional pela primazia em uma das categorias supracitadas (FERREIRA, 2011).

A fim de trazer ao texto a explanação sobre as categorias anteriormente citadas, inicia-se com as EMPs de combate ofensivo que são incumbidas de realizar o combate propriamente dito nos campos de batalha sejam eles terrestres, aéreos ou marítimos. Tais empresas que atuam na área de combate ofensivo apresentam uma gama variada de soldados contratados experientes em combate armado provenientes dos inúmeros conflitos ocorridos no século XX os quais recebem dessas corporações de segurança

equipamentos de tecnologia avançada para atingir as metas estabelecidas nos contratos e finalizar as hostilidades com o intuito de restabelecer a paz em proveito do governo contratante (FERREIRA, 2011).

2.2.1. Empresas militares privadas de combate ofensivo

As empresas militares privadas atuantes neste setor de combate ofensivo obtiveram grande sucesso nos anos 1990, como já citado no presente texto a *Executive Outcomes*, empresa sul-africana, atuou de maneira irretocável nos conflitos ocorridos em Angola e Serra Leoa. Porém, há outros exemplos principais de EMPs nesse setor de combate militar como: a *Sandline International*, de origem britânica, o *Wagner Group*, de origem russa e a *BlackWater* (atual *Academi*), essa última empresa fundada em território estadunidense com ações incipientes na década de 1990 e expansão ocorrida no decorrer dos anos 2000 (FERREIRA, 2011).

A empresa *Sandline International* que teve fundação na Grã-Bretanha em 1995 e extinta em 2004 oferecia muitos serviços relacionados à segurança desde o aconselhamento estratégico e treinamento de soldados dos governos contratantes até o envio de soldados contratados pela corporação para as áreas de combate propriamente dito como ocorreu em Serra Leoa e Papua Nova Guiné, nos quais o apoio militar (sobretudo aéreo em Serra Leoa) e logístico foi decisivo para a retomada do poder governamental em ambas as nações (FERREIRA, 2011).

O *Wagner Group* é uma das mais controversas e misteriosas empresas militares privadas existentes no mundo, uma vez que essa companhia apresenta vínculos inequívocos com um governo nacional, no caso dessa empresa o governo russo comandado por Vladimir Putin. Tal corporação militar privada de origem russa tem sua fundação datada no ano de 2014 por um ex-oficial do exército russo, Dmitri Utkin, como uma empresa caracterizada pelo fornecimento de soldados para combate militar nas frentes de batalha como ocorreu já no ano de fundação dessa EMP na Crimeia, assim como na Guerra da Síria durante anos e atualmente na Guerra Russo-Ucraniana iniciada em 2022.

Essa empresa russa é majoritariamente formada por ex-soldados das forças militares russas e atuaram em diversos países como: Síria, Ucrânia, Líbia, Sudão, República Centro-Africana, Venezuela, Irã, Malásia e Moçambique. Um dos fatos que se deve destacar é que alguns desses países como Síria e Sudão apresentam fortes laços com o governo Putin, algo que evidencia a proximidade da atuação do Grupo

Wagner com os interesses da política externa russa, de modo que ao combaterem ao lado dos exércitos nacionais desses países aliados da Federação Russa funcionam como um grupo de ações estratégicas dos interesses de Vladimir Putin sem o envolvimento direto das tropas regulares das forças armadas russas.

Finalizando as empresas destacadas em combate militar ofensivo, tem-se a empresa *Blackwater* (atual *Academi*). A empresa militar privada *Blackwater Worldwide* (BW) iniciou suas atividades entre os anos 1996/1997 e se notabilizou pela sua magnífica estrutura de treinamento de soldados, equipamentos de tecnologia avançada e soldados contratados com vasta experiência militar desde a sua fundação, fatores estruturais da empresa ampliados de maneira extremamente significativa devidos aos lucros da corporação pelos serviços prestados durante a Guerra ao Terror promovida pelo presidente estadunidense George Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001, porém foi cercada por uma quantidade de polêmicas e acusações em função das ações recorrentemente brutais e ilegais no decorrer da ocupação estadunidense do território iraquiano de alguns de seus soldados contratados, tal empresa militar privada será analisada minuciosamente no decorrer do terceiro capítulo do presente texto.

2.2.2. Empresas militares privadas de consultoria e aconselhamento militar e de segurança

No âmbito da consultoria e aconselhamento militar, as empresas militares privadas que desenvolvem atividades nesse setor prestam serviços de análise estratégica, operacional e organizacional das forças militares dos países que as contratam, assim como promovem a capacitação e treinamento de forças militares pelos agentes contratados para que os soldados estejam preparados para as situações que podem ocorrer nos campos de batalha (FERREIRA, 2011).

Ferreira (2011, p. 477) tais empresas realizam de fato muitos serviços analíticos com mão de obra extremamente qualificada, uma vez que “alguns dos 24 países aspirantes à OTAN, como a Croácia, costumam recorrer a esse tipo de empresa de maneira a apresentar programas anuais relativos à modernização do seu setor de defesa militar”.

Entretanto, tais empresas não somente fornecem treinamento militar convencional ou serviços de caráter analítico, mas também técnicas de tortura, por exemplo, a técnica de *waterboarding* – simulação de afogamento do prisioneiro em um recipiente com água ou com um pano encharcado – e outras práticas como a impedir

que os prisioneiros durmam e expô-los a temperaturas extremas em suas celas causando danos psicológicos permanentes ou até mesmo a morte de tais indivíduos torturados. Essas acusações estão muito relacionadas a empresas militares privadas estadunidenses que atuaram em conjunto com a *Central Intelligence Agency* (CIA) em alguns centros de detenção espalhados pelo mundo como: a prisão de Abu Ghraib no Iraque, assim como a realização de rendições extraordinárias, ou seja, prisões extrajudiciais em locais secretos para o interrogatório dos prisioneiros recorrentemente utilizando tais técnicas coercitivas de interrogação (ZEN, 2012).

É necessário apontar que essas técnicas criminosas segundo os diversos acordos e estatutos internacionais pactuados pelos países ocorrem de fato, e acabam acontecendo em muitas ocasiões com aval não somente da CIA, mas de agências de inteligência de diversos países do mundo. Ainda assim, existem outras atividades praticadas por essas empresas como a sistematização de bancos de dados dos exércitos ou grupos adversários a fim de obter vantagens táticas nos conflitos armados, escutas telefônicas recorrentemente sem respaldo judicial e o desarmamento de minas terrestres após os conflitos armados.

Alguns desses serviços mencionados são extremamente reprovados perante a comunidade internacional, visto que tais empresas militares privadas estariam imunes de jurisdição praticando tarefas de inteligência ilegais como escutas telefônicas e interrogatórios. Os interrogatórios seriam os atos mais graves realizados por essas corporações, uma vez que existem inúmeros relatos de técnicas coercitivas, porém tais empresas militares privadas fazem um esforço enorme através de marketing e relações públicas para se afastar desses crimes internacionais e evidenciar suas atividades legais, que de fato possuem relevância acentuada dentro do escopo militar para o planejamento a longo prazo da defesa militar de uma determinada nação, treinamento técnico e tático das forças militares e ainda serviços especiais no manejo e manutenção de armamentos e equipamentos de alta tecnologia (ZEN, 2012).

Entre as principais empresas ligadas ao setor de consultoria e aconselhamento militar pode-se citar as empresas: *Military Professional Resources Incorporated* (MPRI), *CACI Internacional*, *Titan Corporation* e *Ronco Consulting Group* (FERREIRA, 2011).

A empresa MPRI foi fundada no ano de 1987 e é sediada no estado da Virgínia nos Estados Unidos da América e, segundo Ferreira (2011, p. 437), “a MPRI oferece uma gama bastante ampla de serviços que incluem treinamento e educação militar, simulação e jogos de combate, apoio à instalação de equipamento de campo,

assistência para países que estão em transição para a democracia, manutenção de paz e assistência humanitária”.

Tal empresa é especialmente relevante no contexto da segurança global na medida em que já atuou em diversos países do mundo realizando serviços de treinamento militar balizados em contratos firmados com o Departamento de Estado dos EUA, por exemplo na Guerra dos Balcãs, em que a corporação privada foi a responsável pelo treinamento de grupos armados de resistência croatas e bósnios que foram muito bem sucedidos na luta contra o regime tirano da Sérvia comandada por Slobodan Milosević, ainda que tal ato promovido pelo governo estadunidense fosse proibido pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas no período. Assim como teve um papel amplamente destaque na capacitação e treinamento de forças militares em diversos países africanos contribuindo fortemente no fortalecimento e consolidação dos exércitos nacionais desses países (FERREIRA, 2011).

As empresas militares privadas *Titan Corporation*, fundada em 1981 e extinta em 2005, e a *CACI Internacional*, fundada em 1962, também são empresas estadunidenses e estiveram envolvidas nos escândalos acontecidos na prisão iraquiana denominada Abu Ghraib, uma vez que enviaram interrogadores do seu quadro de funcionários para que estes realizassem tais interrogatórios dos prisioneiros retidos pelas forças militares estadunidenses no país asiático. Ambas as empresas também possuem ampla quantidade de serviços prestados no âmbito do fornecimento de serviços de comunicação e informação, serviços de inteligência militar, diversos serviços ligados a alta tecnologia de geolocalização e cibersegurança.

Outrossim, há a empresa *Ronco Consulting Group* fundada em 1981 com sede na capital dos EUA, Washington D.C, é uma corporação militar privada especializada na remoção e eliminação de minas terrestres, dispositivos explosivos improvisados, e bombas de fragmentação, além de prover a capacitação das forças militares que contratam a empresa para a realização desses serviços de identificação e remoção de artefatos que possam gerar danos e explosões. Deve-se salientar que a empresa já atuou em muitos países pelo mundo para inspecionar áreas de extremo risco de acidentes com minas terrestres após conflitos como: em Moçambique, que teve uma área de 450 km liberada para atividades econômicas ligadas a mineração após uma rigorosa inspeção da RONCO, assim como no Afeganistão, Iraque, Líbia, Peru, Sudão, Namíbia e Kosovo que estavam sob o constante perigo de minas e outros artefatos explosivos.

2.2.3. Empresas militares privadas de segurança armada

A terceira categoria de empresas militares privadas abrange as empresas que se especializam em segurança armada, isto é, especialistas na proteção e escolta de pessoas pertencentes a governos nacionais ou a outras empresas, por exemplo, mineradoras e petrolíferas em zonas de conflitos armados. Além disso, tais corporações militares privadas também atuam no controle de fronteiras como ocorre em algumas áreas de fronteira entre Israel, Cisjordânia e Gaza, regiões notavelmente conflituosas (MELO, 2019).

É necessário destacar que os contratados por essas empresas são obrigados a utilizar a força apenas em situações extremamente necessárias para a própria defesa, a defesa de civis e de indivíduos protegidos pelos contratos firmados com essas empresas de segurança, entretanto há casos em que essas forças privadas e as tropas nacionais se imiscuem nos conflitos e, portanto, violações ao direito internacional criminal são cometidas por esses soldados contratados. Assim como há exemplos de confusão entre tarefas militares e de segurança armada, na medida em que países envolvidos em conflitos com pouca intensidade não existe uma divisão evidente entre áreas de combate e áreas de segurança armada, fato que pode corroborar para a atuação ilegal desses soldados contratados fortemente.

Entre as empresas militares privadas de segurança armada pode-se citar as empresas: a *Triple Canopy*, a *ArmorGroup International* e a *DynCorp International*. No tocante a empresa *Triple Canopy* também originária dos Estados Unidos da América criada em 2003 e que abrange uma série de áreas relacionadas à segurança com foco em combate militar ofensivo e em segurança armada de diplomatas e altos oficiais estadunidenses nos países ocupados pelos EUA como foi o caso do Iraque após a derrubada de Saddam Hussein e em outros países em que houve missões diplomáticas de funcionários do alto escalão do governo estadunidense atuando na proteção desses funcionários através do *Worldwide Personal Protection Program (WPPS)*, além do fato de que a *Triple Canopy* se tornou protagonista na administração do presidente Barack Obama em detrimento da empresa *Blackwater* (atual *Academi*), que havia sido a principal empresa na gestão anterior de George W. Bush, e portanto, a *Triple Canopy* ganhou a alcunha de “Blackwater do Obama” (FERREIRA, 2011).

A empresa *ArmorGroup North America (AGNA)* é uma corporação militar privada de origem estadunidense fundada em 2003 e entre suas atividades profissionais

desempenha atuações nas áreas de segurança armada, consultoria de controle de risco, treinamento para segurança, além de serviços de remoção de minas terrestres, entretanto com especial foco em atividades diretamente relacionadas no fornecimento de segurança armada para governos nacionais e empresas privadas ligadas ao petróleo e a mineração. No que concerne ao histórico de ações dessa EMP pode-se elencar a operação realizada no Afeganistão no decorrer dos anos 2000 em que tal empresa obteve um contrato com o governo dos Estados Unidos da América para realizar a segurança dos funcionários e das instalações da embaixada dos EUA em Cabul. Todavia, a proteção e segurança realizada por essa corporação não foi satisfatória, na medida em que foram descobertas diversas alegações de comportamento inadequado dos contratados que realizaram festas de cunho sexual em sua estadia no país asiático e colocaram em jogo a segurança das instalações estadunidenses no local gerando a consequente quebra do contrato.

A última empresa privada militar citada nessa categoria será a *Dyncorp International* criada em 1946 com o nome *California Eastern Aviation* na cidade de Reston nos Estados Unidos da América, passando a ter a sua denominação corporativa atual a partir do ano de 1987. Portanto, tal EMP que se iniciou como uma corporação especializada no transporte aéreo e na manutenção de aviões e helicópteros, desde 2020 é uma subsidiária de uma companhia também estadunidense *Amentum* apresenta diversos serviços no seu escopo de atuação como: segurança de instalações civis e bases militares, guarda pessoal, proteção e avaliação de ameaças contra a segurança, além de outros serviços entre os quais estão fornecimento de treinamento militar para exércitos nacionais débeis, manutenção de veículos e operações de resgate em diversas regiões do mundo. Entre as principais ações dessa empresa estão suas atuações na Guerra da Bósnia-Herzegovina, Guerra do Golfo e na Colômbia, na Bósnia ocorreu o maior escândalo protagonizado por essa corporação no qual os soldados contratados por essa empresa são acusados de violência contra garotas e de tráfico de mulheres, assim como exploração sexual de crianças naquele país, em que a empresa tinha a responsabilidade de oferecer o policiamento para o local através destes soldados contratados, que de maneira sórdida foram capazes de realizar esses crimes contra mulheres e crianças bósnias em um contexto de guerra (FERREIRA, 2011).

2.2.4. Empresas militares privadas de apoio logístico, transporte e funções militares auxiliares

Por fim, a última categoria de empresas militares privadas a que esse texto recorre é a categoria de companhias militares privadas que realizam atividades relativas ao apoio logístico, transporte e funções militares auxiliares. Segundo Tonkin (2011, p. 51):

Esses serviços incluem transporte, alimentação e lavanderia, a montagem e desmontagem de bases e acampamentos e a repatriação de corpos. Esta categoria não envolveria o uso direto de armas, mas, pelo fato de atuarem na região de combate, os seus funcionários poderiam ser vítimas em meio a confrontos armados.

É necessário salientar que tais empresas são fundamentais na atuação das forças militares, na medida em que realizam serviços essenciais na organização das instalações das tropas regulares ou privadas desde a alimentação, limpeza, lavanderia, construção dos alojamentos até a repatriação dos corpos dos soldados para os seus países de origem (ZEN, 2012).

As companhias que fornecem esses serviços logísticos e de coordenação organizacional também apresentam papel relevante pela capacidade de manterem o bom funcionamento das forças militares em longas campanhas militares ou missões de paz duradouras sem a necessidade da mobilização de ainda mais tropas dos exércitos nacionais, que teriam de deixar suas funções estritamente especializadas no combate e segurança dos civis e das instalações em que estão alojados para auxiliar as tropas por meio de funções ligadas ao setor logístico que existe dentro desses exércitos nacionais.

No que se refere a essa categoria pode-se citar com destaque apenas a empresa *Kellogg, Brown & Root (KBR)* de origem estadunidense e produto final da fusão entre as corporações *Brown and Root* e a empresa *M. W. Kellogg*, e que também já foi subsidiária de uma grande empresa norte-americana denominada *Halliburton*. No tocante a KBR é importante afirmar que tal empresa apresenta uma grande quantidade de serviços prestados e nos mais variados países desde que iniciou suas atividades, entretanto não é somente uma corporação que auxilia em combates militares efetivos através de seus soldados contratados, uma vez que também se destacou pela logística em Kosovo na Guerra do Kosovo no ano de 1999 em uma atuação conjunta com organizações humanitárias como a Cruz Vermelha (FERREIRA, 2011).

Essa companhia militar privada possui uma grande expertise no setor de construção civil, uma vez que em sua história já foi responsável pela pavimentação de estradas, perfuração de campo de petróleo e construção de barragens para represas, ou seja, obras de grande porte, que foram essenciais na logística de ocupação de áreas do Oriente Médio pelas tropas estadunidenses durante a Guerra no Iraque, por exemplo. Além disso, essa EMP se notabilizou também nos conflitos em que atuou pela construção de acampamentos para refugiados, e posteriormente a assistência a esses refugiados de modo que:

A empresa foi responsável pelo fornecimento no Kosovo de mais de um bilhão de refeições, mais de 200 bilhões de litros de água, mais de um bilhão de litros de gasolina e se desfez de quase mil metros cúbicos de lixo. A grande gama de serviços prestados abarcava sistemas de construção, transporte, engenharia, vigilância de edifícios e equipamentos, construção de estradas, fornecimento de eletricidade, água, alimentos, limpeza de roupas e entrega de correspondência. (FERREIRA, 2011, p. 478)

Em última análise, independentemente da classificação adotada pelos autores a respeito dos grupos em que se enquadram as empresas militares privadas, é inegável a importância dessas companhias no contexto da segurança global especialmente nos últimos vinte anos, uma vez que não apenas têm sido fundamentais em conflitos por todo o mundo pelo domínio técnico e tecnológico ao qual recorrem os países que não possuem forças militares, mas também são instrumentos da política externa das suas nações de origem ao passo que via de regra tais empresas apoiam militarmente os interesses das elites locais dos países em conflito que possuem interesses confluentes com os do governo dos países dessas empresas (FERREIRA, 2011).

2.3. o contexto regulatório das empresas militares privadas (EMPs)

No que tange a regulação das empresas militares privadas há um amplo debate sobre o vácuo jurídico em que se deleitam essas companhias pelo fato de não serem forças militares regulares nacionais. A primeira iniciativa de regulação do mercenarismo dentro dos organismos internacionais ocorreu na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU) em 1960 com a Resolução de nº 1514, que versa sobre a nocividade do mercenarismo na liberdade dos povos em um contexto mundial de luta pela independência das colônias contra suas metrópoles europeias sobretudo na África.

Essa pioneira iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) foi seguida por uma série de resoluções, entre elas pode-se dizer que a Resolução 2131/1965 e a Resolução 34/140 se destacam na tentativa de coibição da utilização do mercenarismo durante o período da Guerra Fria. A primeira resultado da AGNU de 1965 é denominada “Declaração Sobre a Inadmissibilidade de Intervenção nos Assuntos Domésticos dos Estados e a Proteção de sua Independência e Soberania” foi uma clara iniciativa dos países recém-independentes e empoderados pela Conferência de Bandung (1950) em reforçar os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção das potências em conflitos externos, fato que ocorria recorrentemente com o emprego de grupos mercenários como as empresas militares privadas no financiamento e auxílio militar de movimentos separatistas nesses países do continente africano, americano e asiático, que estavam no início de sua formação como nações soberanas.

Já a resolução 34/140 elaborada na Assembleia Geral do ano de 1979 na qual o mercenarismo considerado uma atividade extremamente periculosa aos interesses globais em direção a um mundo mais pacífico e com autonomia a todos os povos, e também foi comparado à crimes de ameaça à segurança mundial como a pirataria e o genocídio (ZEN, 2012).

Portanto, segundo Zen (2012, pp. 147-148), essa resolução foi imprescindível na construção de um arcabouço legal para a punição do crime de mercenarismo pelas nações na medida em que:

[...] o fato de tal conduta constar como passível de jurisdição universal numa resolução da Assembleia Geral da ONU confere legitimidade a qualquer legislação nacional que confira jurisdição universal aos tribunais nacionais para tratarem do crime de mercenarismo, independentemente de qualquer ligação do fato punível com o Estado em questão.

Assim, não somente os Estados teriam mais instrumentos no que concerne às punições legais de atividades relacionadas ao mercenarismo dentro da sua própria jurisdição nacional, visto que tal resolução confere aos tribunais nacionais um certo tipo de jurisprudência na formação de julgamentos contra esses crimes, mas também acarretaria no comedimento de muitos países, que ao utilizar e contratar mercenários se tornariam mal vistos no concerto das nações e possíveis alvos de sanções de todo tipo por parte de outros países do mundo. Entretanto, o desenvolvimento desse arcabouço não trouxe de fato mudanças profundas no contexto do mercenarismo, uma vez que a Convenção Internacional Contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e

Treinamento de Mercenários realizada no ano de 2001 não foi capaz de gerar adesões múltiplas pelas nações, portanto, foi esvaziada pelas reservas elaboradas por diversos Estados (ZEN, 2012).

No escopo de atuação da Organização das Nações Unidas deve-se pontuar que em julho do ano de 2005 em conjunto a Resolução 2005/2 da Comissão de Direitos Humanos dessa organização internacional foi criado o Grupo de Estudos sobre o uso de mercenários ou Working Group on the use of mercenaries (WGM) com o objetivo de monitorar os mercenários e todas as atividades relacionadas ao mercenarismo em todas as suas formas e manifestações; estudar e identificar os recursos, problemas e causas no que concerne às empresas militares privadas e o seus respectivos impactos nos direitos humanos, especialmente no direito à autodeterminação dos povos e aperfeiçoar a estrutura legal internacional de prevenção e sanção do recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários a partir das iniciativas já consagradas pelas resoluções da ONU (OHCHR, c2022).

Tal grupo se mostra até os dias atuais um projeto extremamente interessante na busca pela regulação e estudo do fenômeno de ascensão meteórica das companhias militares privadas nos conflitos mundiais. Em adição ao trabalho desse grupo de estudos, no ano 2008 uma ação do governo suíço com auxílio da Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) criou o Documento de Montreux, no qual são feitas considerações a respeito do papel do Estado contratante dessas companhias no combate à eventuais violações dos direitos humanos, dentre outras ilegalidades, uma vez que destaca as responsabilidades conferidas tanto ao Estado natal, aquele que é incumbido de realizar o registro legal da EMP, como do Estado territorial, ou seja, aquele cujo território sofre a interferência e atuação direta dessas companhias e que, portanto, precisa vigiar, punir e estabelecer normas em possíveis casos de violações de quaisquer direitos dos indivíduos presentes neste determinado país (SILVA, 2022).

O documento também versa sobre as responsabilidades das companhias militares privadas, que necessitam respeitar os preceitos consagrados no Direito Internacional Humanitário (DIH) e no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), e além disso restringe o uso da força desses soldados contratados apenas a situações de legítima defesa. Todavia, tal publicação oriunda do governo suíço apoiado pela CICV não impõe novas obrigações aos Estados e às empresas militares privadas, uma vez que o Documento de Montreux não se dispõe a função de tratado.

Outrossim, é necessário pontuar que no Documento de Montreux está a positivação de considerações relevantes na busca pela implementação de leis em todos os países da comunidade internacional que regulassem e punissem as infrações cometidas pelas EMPS em virtude dos ainda atuais problemas de impunidade, que ocorrem nos países em que essas companhias atuam nas últimas três décadas. A publicação tem um caráter extremamente relevante, na medida em que possui a anuência de 42 países com relações com tais companhias, entre eles quatro dos cinco Estados que compõem os assentos permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e de boa parte das nações em que as EMPs apresentam ou já possuíram atividades relevantes como: Iraque e Serra Leoa (MELO, 2019).

Em outra iniciativa de grande impacto na conjuntura de regulação das empresas militares privadas mais uma vez o governo suíço, dessa vez em conjunto ao setor privado representado por algumas das EMPs desenvolveu o Código Internacional de Conduta para Prestadores de Serviços de Segurança Privada ou *International Code of Conduct for Private Security Service Providers* (ICoC), no qual são dispostas diretrizes em relação às atividades no escopo de atuação das companhias militares privadas (SILVA, 2022).

Neste documento são positivados padrões internacionais para as ações dessas empresas em vista de obter melhores capacidades de atuação por parte das próprias companhias, mas também de fiscalização e responsabilização a partir dos já mencionados Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Direitos Humanos nos países em que os contratados pelas EMPs pratiquem delitos que violem esses códigos durante a prática da ampla gama de serviços de segurança, visto que segundo o ICoC os serviços militares não estão inseridos nos serviços que essas companhias podem executar, restringindo a utilização de métodos ostensivos de segurança em casos de ameaça de lesões graves ou morte aos contratados e tutelados por essas companhias (SILVA, 2022).

Em última análise, os recorrentes crimes e violações de direitos humanos averiguados por Estados nacionais e organismos internacionais demonstram que apesar de inúmeras tentativas de encontrar meios legais, que possuam ampla aprovação da comunidade internacional no que tange ao tema das empresas militares privadas, ainda há uma demanda latente de imposição de limites claros e inequívocos à atuação dessas companhias nos conflitos transnacionais, uma vez que com todo o

repertório adquirido no estudo dessas companhias é inegável que estas necessitam de regulação, segundo Kinsey (apud SOUTO, 2017, p. 101), a segurança global necessita de garantias permanentes de que as EMPs em suas atuações:

Conforme Christopher Kinsey, existem oito argumentos relevantes que justificam a imprescindibilidade de regular as EMPs: para garantir que não impactem, negativamente, a paz, a segurança e a resolução de conflitos; garantir que sua utilização seja lícita e legítima e não viole direitos humanos; garantir que sua existência e atuação não subvertam a política governamental; prevenir que sejam causados danos econômicos aos clientes comerciais; garantir que seja responsabilizada por seus atos e pelos atos de seus empregados; assegurar que se mantenha transparente; prevenir que se desloque entre objetivos lícitos e ilícitos; garantir que não prejudique a soberania dos Estados.

3. ANÁLISE SOBRE A EMPRESA MILITAR PRIVADA *BLACKWATER* / XE / *ACADEMI*

3.1. A vida de Erik Prince e a fundação da *Blackwater Worldwide* (BW)

A fim de apresentar uma análise profunda e que abarque todas as particularidades da empresa militar privada *Blackwater Worldwide* (BW), o presente trabalho se utilizará fundamentalmente da obra *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army* do autor estadunidense Jeremy Scahill, que não somente revela as características estruturais e fatos controverso dessa EMP, mas também aborda a vida de seu fundador Erik Prince.

O fundador e idealizador da empresa militar privada Erik Prince é sem sombra de dúvida um personagem fundamental no entendimento não apenas da expansão estrondosa do setor privado no aparato militar do Pentágono através dos contratos obtidos com o governo dos EUA pela *Blackwater*, mas também é um indivíduo que está inserido na nova dinâmica política do Partido Republicano em sua guinada à extrema-direita nos últimos 20 anos.

Prince nasceu em 1969 na cidade de Holland no estado do Michigan, filho de Edgar Prince, um empresário do setor industrial que era o “rei” da cidade do norte dos Estados Unidos da América, assim, Erik Prince foi criado em um antro de riqueza pelo império construído por seu progenitor e sob a égide de valores cristãos estritos, ideologia de extrema-direita e liberalismo econômico radical (SCAHILL, 2007).

A formação do fundador do maior exército mercenário do mundo se deu através da grande influência da conservadora Igreja Reformada Holandesa e dos ideais políticos pregados por seu pai que aliaram a ideologia de extrema-direita ao liberalismo econômico. Tais valores transmitidos pela figura paterna de Prince são fundamentais para a compreensão das escolhas no decorrer da carreira profissional tanto no exército quanto como empresário fundador da empresa *Blackwater*. Como todo bom jovem estadunidense nacionalista, Prince ingressou na Academia Naval norte-americana com o anseio de se tornar um *Navy SEAL*, porém deixou a academia após um ano por dificuldades de adaptação (SCAHILL, 2007).

Após sua passagem pela academia naval, Erik Prince fiel às ideias políticas ensinadas por seu pai foi se tornando cada vez mais ativo no âmbito da extrema-direita estadunidense no decorrer do seu período de faculdade e conseguiu um estágio vigente por seis meses na Casa Branca no ano de 1990 durante o governo de George

H. W. Bush. Posteriormente realizou outro estágio no gabinete do deputado republicano Dana Rohrabacher ampliando seu conhecimento e relacionamento com o Partido Republicano, na medida em que já nesse ínterim o jovem Erik Prince fez uma doação de 15 mil dólares ao Comitê Republicano do Congresso Nacional, a primeira de muitas doações do jovem oriundo do Michigan ao longo de sua vida (SCAHILL, 2007).

Todo esse aprendizado enquanto aluno do *Hillsdale College*, assim como os conhecimentos adquiridos nos estágios desenvolvidos por Prince aliados aos conhecimentos militares advindos de sua carreira como oficial no grupo de elite da Marinha dos EUA, os *Navy SEALs*, seriam fundamentais na construção da estrutura de sua futura empresa. Este grupo de elite possui sua denominação oriunda da capacidade de atuar nos mais diversos locais para realizar as missões elaboradas pelos comandantes militares, isto é:

Os *Navy SEALs* constituem uma força especial da Marinha estadunidense, e sua sigla representa os ambientes em que operam (Sea, Air, Land – no mar, no ar e em terra). Assim como as forças especiais brasileiras, são treinados para agir em situações para as quais os oficiais regulares não foram capacitados. (ALMOX MILITAR, c2022, s/p)

Ao longo de sua carreira militar como *Navy Seal*, Erik Prince atuou com seu agrupamento em muitos países no Oriente Médio, na região dos Balcãs e também no Haiti. Segundo Jeremy Scahill, nas operações militares realizadas por Prince e futuro co-fundador Al Clark ambos notaram que havia uma necessidade latente de melhores condições de treinamento e de infraestrutura das tropas estadunidenses nas missões em países em situação de conflito (SCAHILL, 2007).

Essa necessidade de ampliação e aperfeiçoamento das instalações para as tropas dos Estados Unidos da América tanto no que se refere ao treinamento quanto a própria estadia dos soldados nas missões em conflitos por todo o mundo poderia ser atendida por meio de empresas privadas de segurança na perspectiva de Prince e Al Clark. Apesar da expertise no assunto de Clark, a fundação de uma nova empresa militar privada demandava um grande investimento na construção de um centro de treinamento militar moderno e sofisticado, além da formação de uma rede logística de fornecimento de provisões e armamentos para as futuras missões militares dos EUA no mundo (SCAHILL, 2007).

Pode-se afirmar que a conjuntura de formação da empresa *Blackwater Worldwide* acabou por imiscuir a disposição de Erik Prince em construir um império no

setor de segurança privada com a situação adversa pela qual passava o seu ciclo familiar, uma vez que em 1995 o seu pai, Edgar Prince, faleceu de maneira trágica e inesperada após um ataque cardíaco e sua primeira esposa, Joan Nicole, estava enfrentando um câncer tendo de cuidar dos quatro filhos do casal. Desta forma, Prince teve de deixar seu cargo como oficial da Marinha para cuidar de seus entes queridos neste período de intensa dificuldade familiar (SCAHILL, 2007).

Todavia, já em 1996 a família Prince vendeu o império construído pelo empresário Edgar Prince pela bagatela de 1,35 bilhão de dólares, assim, o dinheiro que era o único entrave no caminho de Erik Prince em seu desejo de estruturação do seu próprio império não seria mais um problema. Ainda que em um contexto pessoal conturbado Prince colocou em prática o seu projeto de um complexo de treinamento militar no ano de 1997 ao comprar 6.000 acres de território compreendido no chamado *Great Dismal Swamp*, mais especificamente na comunidade de Moyock inserida no condado de Currituck no estado da Carolina do Norte. A própria denominação dessa companhia militar privada advém dos pântanos cor de turfa onde o centro de treinamento está localizado (SCAHILL, 2007).

A ideia inicial de Erik Prince para a sua nova empresa de segurança militar privada era fornecer treinamento técnico sofisticado para os militares que buscassem os serviços da empresa e também funcionar como um *one-stop shopping* para o governo estadunidense, ou seja, a *Blackwater Worldwide* seria a “única parada”, na qual o governo compraria todos os produtos militares que necessitasse para o bom funcionamento das forças militares (SCAHILL, 2007).

Porém, é importante destacar que a construção desse novo campo de treinamento segundo o próprio Erik Prince em entrevista ao *Shawn Ryan Show* estava na contracorrente dos investimentos, visto que estavam sendo fechados uma grande quantidade de centros de treinamento militar devido ao fim da Guerra Fria devido a nova diretriz de segurança desenvolvida pela administração do governo do presidente daquele período, Bill Clinton, baseada na redução drástica com gastos militares, na medida em que houve uma diminuição de 10 bilhões de dólares no orçamento militar do país com o decréscimo de 600 mil soldados das forças militares regulares, que passaram de 2,2 milhões de soldados para 1,6 milhão de soldados (SCAHILL, 2007).

Mesmo assim, a empresa conseguiu prosperar pelo fato de se aproveitar de suas características específicas e de fatores fortuitos na conjuntura de segurança estadunidense e mundial. No que concerne às suas próprias especificidades é certo

afirmar que sua posição geográfica é muito favorável, já que o centro de treinamento da companhia é próximo às unidades SEAL da costa leste dos EUA e da capital norte-americana, além de uma equipe técnica extremamente gabaritada para o treinamento militar tanto de soldados quanto de outros agentes de segurança.

Outrossim, Prince também contou com eventos trágicos para a ascensão meteórica de sua empresa no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, três eventos são fundamentais para a compreensão da expansão da relevância da *Blackwater Worldwide* no contexto da segurança militar. O primeiro ocorreu em 20 de abril de 1999, e ficou conhecido como o massacre de Columbine, no qual dois jovens inconformados com o bullying sofrido durante o período escolar de forma covarde assassinaram 13 pessoas com armas semiautomáticas e espingardas e posteriormente se suicidaram (SCAHILL, 2007).

Tal episódio foi um choque para a sociedade norte-americana e precisava de uma resposta rápida e firme das autoridades, por isso a fim de atender às necessidades de treinamento específico aos agentes da *Special Weapons and Tactics* (SWAT) para esse tipo de situação Erik Prince construiu um novo complexo em Moyock denominado *R U Ready High School*, no qual os agentes treinariam as táticas e técnicas de atuação em um ambiente que simulava as condições em um ataque a uma escola (SCAHILL, 2007).

A partir da construção dessa nova escola simulada em conjunto com a *National Tactical Officer's Association* (NTOA), ainda que essa associação nacional para treinamento de policiais e agentes de segurança tenha oferecido uma quantia insuficiente para custear a obra, Prince, que possuía recursos de sobra para a nova instalação tinha perspectivas de que ao longo dos anos esse investimento se pagasse com a propagação do nome da empresa pelos agentes da SWAT, fato que realmente se deu logo depois, conforme Scahill (2007, p. 37, tradução nossa):

Em 1 de fevereiro de 2000, com o seu nome se expandindo entre a comunidade de aplicação da lei, a Blackwater deu um grande salto ao firmar seu primeiro contrato de administração de serviços gerais, criando uma lista de aprovação governamental de serviços e produtos que a Blackwater poderia vender para agências federais e os preços que poderia oficialmente cobrar. Ganhar um “GSA schedule”¹

¹ GSA Schedule, em português Contrato de Administração de Serviços Gerais, também conhecido como Federal Supply Schedule (Contrato de Abastecimento Federal) e Multiple Award Schedule (Contrato de Concessões Múltiplas) é um contrato governamental de longo prazo com empresas comerciais que fornecem acesso a milhões de produtos comerciais e serviços a preços justos e razoáveis para o governo.

basicamente abriu às portas a Blackwater para contratos governamentais de longo prazo².

Outro evento que contribuiu de fato com a mudança de patamar da companhia foi o atentado ao *destroyer* da Marinha dos Estados Unidos da América USS Cole no Porto de Áden no Iêmen. Nesse episódio trágico com autoria da rede terrorista *al-Qaeda*, houve um ataque suicida de um pequeno barco que explodiu ao lado desse navio de guerra estadunidense, que havia acabado de fazer uma parada para abastecimento, deixando 17 marinheiros mortos e 39 feridos (SCAHILL, 2007).

Esse atentado se relaciona intimamente com a companhia *Blackwater*, pois após o ataque de Osama Bin Laden ao USS Cole a Marinha dos EUA decidiu fornecer treinamento militar aos aspirantes de marinha, que em sua maioria não possuíam capacitação para exercer funções de combate. O treinamento dos marinheiros era imprescindível a fim de prepará-los para essas novas ameaças de ataques terroristas às frotas norte-americanas. Dessa forma, a companhia militar privada fundada por Erik Prince recebeu um contrato da Marinha estadunidense no valor de 35,7 milhões de dólares para fornecer treinamento militar a 30 mil marinheiros, porém ainda que o atentado no Iêmen tenha impulsionado o crescimento desta empresa, os impactos econômicos seriam ínfimos em relação aos efeitos gerados pelo maior ataque terrorista ocorrido em território estadunidense no dia 11 de setembro de 2001 (SCAHILL, 2007).

Em última análise, a despeito da relevância destes dois episódios aterradores citados anteriormente é inegável afirmar que os atentados realizados mais uma vez pela organização terrorista *al-Qaeda* em 11 de setembro de 2001 representaram uma quebra de paradigma na segurança internacional muito além do contexto nacional estadunidense. Para além das imagens terríveis daquele dia e do legado tenebroso para as famílias e para a própria sociedade norte-americana do poder que um grupo terrorista possui em causar um pânico geral, os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono ao evidenciar a fragilidade da segurança nacional propiciaram a intensificação das discussões favoráveis ao aumento da utilização das empresas privadas militares privadas que já estava na ordem do dia nos projetos da Secretaria de Defesa do novo governo George W. Bush (SCAHILL, 2007).

² Texto original: "On February 1, 2000, with its name spreading across the law enforcement community, Blackwater took a huge leap forward as it landed its first General Services Administration contract, creating a government-approved list of services and goods Blackwater could sell federal agencies and the prices it could officially charge. Winning a 'GSA schedule' essentially opened Blackwater up for 'long term governmentwide contracts'".

3.2. A consolidação da empresa militar privada *Blackwater*

A consolidação da empresa militar privada *Blackwater* / *Xe* / *Academi* no contexto da segurança militar estadunidense se imbrica com a história das intervenções militares dos Estados Unidos da América após os atentados de 11 de setembro de 2001 na Guerra ao Terror iniciada pelo 43º presidente norte-americano George W. Bush, que buscava eliminar as organizações terroristas instaladas principalmente em alguns países do Oriente Médio e suas células espalhadas pelo mundo, inclusive dentro do território estadunidense.

É necessário pontuar que as iniciativas para a privatização de parcelas do aparato militar norte-americano não foram propostas após os eventos catastróficos de 11 de setembro, pois tais proposições já haviam sido formuladas pelo Secretário de Defesa do governo George W. Bush, Donald Rumsfeld, que ocupara tal função durante os anos 1970 no governo George Ford. Essa iniciativa de privatização de Donald Rumsfeld passou a ser conhecida como Doutrina Rumsfeld, que era um plano projetado para a administração do Pentágono baseada na ampliação do setor privado nas forças militares norte-americanas, especialmente na utilização de sistemas de armas sofisticadas e forças especiais com agentes contratados (SCAHILL, 2007).

A doutrina que foi colocada em prática com grande intensidade posteriormente ao 11 de setembro contava com a ação precursora do também ex-secretário de defesa (1989-1993) e vice-presidente dos Estados Unidos (2001-2009) de uma inicial privatização da burocracia militar da nação estadunidense, uma vez que já na Guerra dos Balcãs no decorrer dos anos 1990 houve a autorização por parte da administração do presidente Bill Clinton do treinamento das tropas croatas pela empresa militar privada *Military Professional Resources Incorporated* (MPRI) para que o exército da Croácia lutasse em melhores condições contra a Sérvia, garantindo assim a vitória e independência da Croácia (SCAHILL, 2007).

Portanto, a partir das experiências militares durante toda a década de 1990 dos EUA com a utilização de empresas militares privadas em conflitos internacionais de forma satisfatória, além da predisposição do alto escalão militar do governo George W. Bush a favor das EMPs e da necessidade de uma resposta eficiente aos trágicos eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001 foi criado um ambiente amplamente favorável ao desenvolvimento da *Blackwater Worldwide*, que se tornaria a empresa

militar privada mais importante na condução de operações militares junto às forças armadas na Guerra ao Terror.

O autor Jeremy Scahill cita o próprio co-fundador da empresa Al Clark, que afirmou categoricamente que o líder terrorista Osama Bin Laden transformou a *Blackwater* em uma grande potência militar. Entretanto, não cabe ao presente trabalho reduzir a ascensão dessa companhia militar privada às ações terroristas da *al-Qaeda*, visto que não podem ser excluídos da análise os elementos políticos que envolvem o CEO da empresa, Erik Prince, o qual possuía fortes conexões com o Partido Republicano desde seu período como estagiário e participava de organizações de neoconservadores das quais os já mencionados Dick Cheney e Donald Rumsfeld participavam ativamente como: o Conselho para Política Nacional (CNP), que busca criar estratégias para disseminar as ideologias de direita na sociedade estadunidense e o Projeto para o Novo Século Americano (PNAC, em inglês), um *think tank*³ neoconservador para promover as ideias de desregulamentação total do Estado e de que a liderança global dos Estados Unidos da América é fundamental para o próprio país e para o resto do mundo, de modo que o intervencionismo e a clareza moral na política externa estadunidense seriam a única maneira de assegurar a segurança e a grandeza dos Estados Unidos (SCAHILL, 2007).

Assim, a conjunção dessas conexões políticas favoráveis de Prince com o contexto instável da segurança global e a condição econômica extremamente privilegiada da *Blackwater Worldwide* munida dos equipamentos, armas, veículos e aeronaves de última geração tornaram essa companhia o instrumento perfeito do novo governo empossado na promoção de uma nova política externa intervencionista. Logo, com o intuito de viabilizar uma resposta eficiente à violação do território estadunidense e de demonstração de força por parte das forças militares dos EUA, a nova liderança do Pentágono buscou a alteração dos regimes de nações estratégicas por meio de intervenções militares e a implementação da maior política de privatização da história militar norte-americana (SCAHILL, 2007).

A política de privatização das forças militares estadunidenses gerou uma ampliação gigantesca da demanda por empresas militares privadas, que gradualmente

³ *Think tank* pode ser definido como as instituições que se dedicam a produzir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos. A principal função de um *think tank* é influenciar a tomada de decisão das esferas pública e privada, bem como de formuladores de políticas no que se refere aos temas que estão em pauta. Disponível em: <https://mmurad.com.br/blog/o-que-e-um-think-tank/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

foram inseridas nas missões militares empreendidas pela Secretaria do Exército com aval do presidente George W. Bush, entre essas empresas destacam-se a *Dyncorp*, a *Halliburton* e a própria *Blackwater*. Com o intuito de dismantelar o regime comandado pelo Talibã, que abrigava a cúpula da *al-Qaeda* e punir os terroristas responsáveis pelos ataques ocorridos em 11 de setembro a primeira ação militar perpetrada pelo governo norte-americano ocorreu ainda em 2001 com a invasão do Afeganistão se utilizando dos soldados contratados das EMPs, fato que garantiu uma vitória estrondosa no país da Ásia Central.

Em seguida as forças militares norte-americanas empreenderam a invasão do Iraque no ano de 2003 alegando que o governo iraquiano chefiado por Saddam Hussein detinha armas químicas e se mostrava como uma grave ameaça à segurança da comunidade internacional. Entretanto, é possível afirmar que o governo norte-americano para além da referida persecução da paz mundial tinha interesses explícitos no controle da produção de petróleo iraquiana, e tal controle seria alcançado com a deposição do regime de Saddam Hussein (POWERS, 2007).

Foi nesse conflito ocorrido entre as forças estadunidenses e as forças iraquianas que a *Blackwater* atingiu o seu ápice, na medida em que teve uma atuação preponderante através de seus contratados não somente na invasão do Iraque, mas também durante o governo provisório instituído pela coalizão militar encabeçada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra com auxílio de tropas oriundas da Austrália, Dinamarca e Polônia no qual os soldados contratados realizaram a segurança pessoal do diplomata Lewis Paul Bremer, que foi o chefe da Autoridade Provisória da Coalizão entre os anos de 2003 e 2004 (SIMI, 2021).

Dessarte não apenas a *Blackwater Worldwide* mas outras companhias militares privadas estiveram massivamente presentes no exército de ocupação do Iraque a partir da invasão em 2003, o jornalista Jeremy Scahill destaca que o contingente dessas EMPs no país asiático chegou a 100 mil soldados mercenários equivalente ao número de soldados das forças militares regulares dos EUA. Todavia, ainda que outras empresas tenham tido grande importância no contexto da Guerra do Iraque, a BW na primeira década do século XXI se tornou a “Guarda Pretoriana”⁴ do presidente George W. Bush, uma vez que a empresa ao longo dos anos com a segurança pessoal de Paul

⁴ Grupo militar de elite responsável pela segurança pessoal dos imperadores da Roma antiga (ex.: um dos símbolos da guarda pretoriana era o escorpião).

Bremer criou uma reputação ilibada em relação às atividades de proteção pessoal dos funcionários do alto escalão do governo norte-americano e embaixadores em suas missões por todo o mundo (SCAHILL, 2007).

Esses contratos de fornecimento de segurança pessoal e apoio a missões de segurança internacional com o governo de Bush proporcionaram um aumento excepcional nos rendimentos da BW, segundo Pestana (2016, p. 07):

Em 2000, a empresa encaixava apenas cerca de \$200.000 em contratos, em comparação com \$25 milhões, em 2003, e \$1 bilhão, no final de 2007. Em 2007, o fundador, Erik Prince, afirmou que 90% das receitas da Blackwater eram resultantes de contratos governamentais, um terço dos quais sem licitação (IPS, 2013) – uma modalidade contratual a que o direito da União Europeia, por exemplo, nem sequer reconhece legalidade.

Tais rendimentos foram investidos na criação de um aparato militar ainda maior à disposição dos soldados mercenários da *Blackwater*, que em seu auge possuía 20 aeronaves, entre elas helicópteros armados, o *Boeing 767*, o caça brasileiro Super Tucano e balões de vigilância e 4 centros de treinamento militar nos estados da Califórnia (*Blackwater North*), de Illinois (*Blackwater West*) e o da Carolina do Norte na sede da empresa em Moyock, além de uma unidade na selva das Filipinas. Em adição a essa infraestrutura militar gigantesca e extremamente bem equipada, a BW possuía um corpo diretivo de alto gabarito administrativo e contava com 2.300 soldados ativos em 9 países, 21.000 agentes, policiais e militares que poderiam ser convocados a qualquer momento e devido aos altos soldos pagos também dispunha dos melhores soldados do mundo em suas tropas de diversas origens como: Colômbia, Chile, El Salvador, Equador, Honduras, Filipinas, Panamá e Peru (SCAHILL, 2007).

Neste sentido, Scahill aponta que a introdução de soldados de diferentes nacionalidades entre as tropas mercenárias da *Blackwater* articulou uma internacionalização alternativa por meio do dinheiro, corrompendo os conceitos de soberania e de autodeterminação, na medida em que com a escassez de apoio das nações aliadas aos Estados Unidos em colocar os seus exércitos à disposição da Guerra ao Terror empreendida por George W. Bush, as empresas militares privadas se tornaram a força motriz para lidar com esses conflitos através do emprego de soldados experientes de diversas nações que cumpririam os objetivos demarcados pelo governo estadunidense desde que fossem pagos para exercerem suas funções militares (SCAHILL, 2007).

3.3. Escândalos envolvendo a empresa *Blackwater Worldwide*

O presente trabalho demonstrou que a Guerra do Iraque foi o conflito que alçou a *Blackwater Worldwide* à posição de exército mercenário mais poderoso do mundo, porém foi nesse mesmo conflito que a BW devido às ações criminosas de seus soldados sofreu os seus maiores golpes e perdas de contrato. Deve-se ter em mente que a ocupação do Iraque estava longe de ser uma tarefa fácil, uma vez que o país estava e de certa forma até os dias de hoje tomado por um vácuo de centralização política que tornou a nação iraquiana em um território dividido por diversas facções políticas e grupos terroristas com projetos diametralmente diferentes para o futuro do país.

Em meio ao fogo cruzado das diversas etnias, grupos religiosos, organizações jihadistas e facções políticas que lutavam pelo poder após a queda de Saddam Hussein estavam as tropas da coalizão militar, comandada pelos Estados Unidos da América e pela Inglaterra sob as ordens da Autoridade Provisória da Coalizão, que possuía sua segurança pessoal providenciada pelos soldados contratados da BW. Assim sendo, a população iraquiana em disputa política não apreciava de nenhuma forma essa presença massiva de soldados norte-americanos em seu país, e por isso foram criados grupos de resistência para expulsar os EUA e todas as suas forças aliadas e contratadas do Iraque.

A resistência iraquiana à ocupação das forças da coalizão militar empreendida pelo presidente George W. Bush foi extremamente sangrenta ocasionando a morte de centenas de milhares de iraquianos e de milhares de soldados americanos, na medida em que a tática de guerrilha utilizada pelos iraquianos por meio de emboscadas e atentados a bomba geraram respostas muito cruéis das forças militares estadunidenses, sobretudo dos soldados mercenários das empresas militares privadas. Tal resistência também era articulada com o governo iraniano por meio de suas agências de inteligência, uma vez que o Irã ainda que seja um rival regional do Iraque sempre teve uma postura fortemente engajada na expulsão da presença norte-americana de seu território e do território de seus países fronteiriços.

A emboscada que se relaciona inequivocamente a empresa foco da análise desse texto ocorreu em 31 de março de 2004 na cidade de Falluja, uma das cidades iraquianas mais avessas aos EUA, quando quatro soldados da BW (Scott Helvenston, Jerry Zovko, Wesley Batalona, and Mike Teague), que estavam em um comboio de patrulha nas ruas foram surpreendidos por explosões seguidas de um tiroteio

impiedoso e depois de mortos foram mutilados, esquartejados e tiveram seus restos mortais pendurados em uma ponte sobre o rio Eufrates. O relato realizado pelo autor Jeremy Scahill é munido de muitos detalhes a respeito da virulência dos iraquianos contra os corpos mortos dos soldados mercenários e a felicidade dos indivíduos presentes em testemunhar a morte daqueles que representavam a opressão a que estavam submetidos, fato que revela a dimensão do ódio nutrido pela população local em relação a presença norte-americana injustificada e sanguinária naquele país (SCAHILL, 2007).

Esse episódio terrível de violência também pode ser considerado como uma vingança da população de Falluja contra a presença das tropas da coalizão e dos soldados mercenários, que massacraram 13 pessoas e feriram centenas de pessoas na rua *Hay Nazzal* em uma manifestação que pedia a retirada dessas tropas militares da escola *Al Qaed* para que as crianças e adolescentes pudessem manter sua rotina de estudos e de certa forma viverem uma vida normal ainda que nos limites de um país dilacerado pela guerra (SCAHILL, 2007).

Assim, houve um desgaste enorme da empresa BW que além desse episódio do massacre da escola *Al Qaed* em 2003, existiam diversos relatos dos cidadãos iraquianos de que estes soldados também humilhavam os cidadãos locais ao invadirem suas privacidades, olhavam para as mulheres de maneira inapropriada e até urinavam nas ruas da cidade, situações que produziram um grande ressentimento da população local. E novamente em 16 de setembro de 2007 os soldados da Blackwater em uma escolta de um comboio do Departamento de Estado dos EUA nas imediações da Praça Nisour, em Bagdá, e sem provocações ou confrontos armados atiraram indiscriminadamente nos transeuntes da capital iraquiana ferindo 24 pessoas e matando um total de 17 pessoas (SCAHILL, 2007).

Esse incidente de fato alterou a imagem da empresa não somente na visão das autoridades iraquianas, que prometeram à sua população suspender as ações da BW no Iraque, mas também das próprias autoridades norte-americanas que em razão do desastre promovido por essa companhia privada militar teve de processar os envolvidos neste novo massacre e os 5 assassinos foram condenados no ano de 2014, mesmo que após um imbróglio jurídico ocorrido em 2009 devido a rejeição do juiz federal Ricardo Urbina das acusações a esses soldados contratados (FERREIRA, 2011).

Ferreira (2011) se utiliza de um relatório elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos apontando que houve 195 incidentes com armas de fogo durante o triênio (2005, 2006 e 2007) envolvendo os soldados da *Blackwater*, algo que demonstra o grau de violência empregado pelos agentes contratados por essa empresa, entretanto o massacre da Praça Nisour teve uma repercussão exacerbadamente negativa para essa companhia, de modo que já em 2009 tal empresa alterou sua razão social para *Xe Services*, a fim de restringir os impactos danosos gerados pela atuação nociva de seus soldados contratados no país.

A empresa militar privada agora nomeada de *Xe Services* continuou suas atividades ainda que de forma bem menos proeminente devido aos problemas ocorridos na Guerra do Iraque, já que em 2009 o governo agora comandado por Barack Obama não renovou os contratos para segurança pessoal fornecido pela *Xe* do corpo diplomático estadunidense atuando no Iraque. Ainda assim, tal companhia ainda possuía uma relevância significativa em outras nações como o Afeganistão e o Paquistão, uma vez que segundo Jeremy Scahill a empresa firmou contratos com a CIA nos quais foram organizadas missões secretas para execução de líderes do Talibã e da *al-Qaeda* (SCAHILL, 2007).

Com a derrocada da empresa em razão dos eventos trágicos ocorridos somados a uma nova circunstância política ocasionada pela eleição de Barack Obama que não tinha as mesmas ligações com fundador da *Blackwater*, Erik Prince, diferentemente do presidente anterior George W. Bush proporcionou um desgaste enorme que entre razões fez com que Prince deixasse o posto de CEO da *Xe Services* se mantendo na empresa como chefe do Conselho da empresa militar privada. Como não houve mudanças significativas na conjuntura da segurança global nesse ínterim referente ao início do governo Obama, Erik Prince vendeu a *Xe Services* para um grupo internacional de investidores denominado *Constellis* no ano de 2010 (SIMI, 2021).

A partir da venda da *Blackwater / Xe*, o ex-militar e empresário Erik Prince vem buscando novos projetos no âmbito da segurança militar privada, segundo Diego Simi Prince tem vínculos com a empresa militar privada sul-africana *Saracen International*, que estava organizando uma incursão na Somália a fim de oferecer serviços militares de seus agentes mercenários. O nome deste empresário oriundo do Michigan também esteve ligado nos últimos anos à proposta de intervenção militar com agentes contratados para retirar o presidente Nicolás Maduro do poder (SIMI, 2011).

No que concerne à empresa militar privada *Blackwater Worldwide* após a venda para o grupo *Constellis*, em 2011 a empresa foi mais uma vez renomeada e agora se chama *Academi*. É necessário afirmar que a empresa ainda possui contratos com o governo norte-americano realizando diversas atividades relativas ao setor de segurança para a CIA e para o Departamento de Estado dos EUA, entretanto nos dias atuais essa empresa não é mais um organismo independente na medida em que faz parte de um grupo, que detém o controle de diversas empresas prestadoras de serviços de segurança militar. Segundo o próprio site do grupo

O grupo *Constellis* foi formado em 2010 por um grupo de operadores e investidores que buscavam combinar as melhores marcas, ativos e pessoas da categoria dentro do complexo setor de gestão de riscos. Promovendo uma cultura de conformidade e excelência operacional, a família de empresas *Constellis* cresceu para incluir uma equipe global de líderes da indústria, incluindo *Triple Canopy*, *Olive Group* e *The Development Initiative*, bem como as empresas legadas *Centerra*, *ACADEMI*, *AMK9*, *OMNIPLEX*, *Strategic Social* e *Edinburgh International*. Hoje, a *Constellis* é a maior e mais diversificada empresa de gerenciamento de riscos não financeiros dos Estados Unidos, oferecendo soluções prontas para atender aos desafios mais complexos de nossos clientes, onde quer que sejamos necessários em todo o mundo. (CONSTELLIS, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ordem de concluir o presente texto, deve-se apontar que o mercenarismo é um fenômeno indissolúvel dos conflitos da história da humanidade, como foi proposto e descrito no texto em questão há diversos exemplos nos diferentes tipos de conflito da utilização dessas forças auxiliares. Os exércitos mercenários apesar de serem vistos como elementos ruins pelo senso comum, desde os tempos remotos de nossa história promoveram de certa forma possibilidades de internacionalização, uma vez que os mercenários no passado transmitiram os valores e experiências culturais de seus povos nas guerras para diferentes povos que os pagavam, assim como nos tempos modernos tal internacionalização ocorre através do recrutamento de soldados de todo o planeta.

Portanto, é possível denotar que os mercenários germânicos ao lutarem ao lado das legiões romanas, ou ainda os mercenários vikings ao protegerem os imperadores bizantinos, produziram essa primitiva forma de contato entre diferentes culturas por meio da guerra. Entretanto, o mercenarismo não deixa de ser uma prática que atenta contra os valores atuais de autodeterminação dos povos e soberania, uma vez que o mercenarismo corrompe a lógica do cidadão que luta pela sua própria nação como forma de manter a independência do país de outros povos e garantir que seus direitos como cidadão daquele território sejam mantidos.

É importante demonstrar que as práticas mercenárias e os próprios soldados mercenários sofreram alterações no decorrer dos séculos, uma dessas causas é a mudança radical na conformação dos conflitos e da própria organização das sociedades. Os soldados mercenários deixaram de ser indivíduos com habilidades militares que vendiam seus serviços para quaisquer indivíduos desde que tais contratantes os pagassem os soldos, e se tornaram ferramentas dos projetos de política externa das potências mundiais, que ao utilizarem esses soldados experientes efetivaram a supremacia militar nos conflitos e por consequência conseguiram o domínio político de determinadas regiões do mundo das quais essas potências puderam explorar economicamente os recursos em vista de garantir sua hegemonia sem a necessidade de empregar as suas próprias forças militares regulares.

Os primeiros exemplos da utilização dos mercenários para além da vitória em conflitos militares isolados, foram de forma inicial a concessão das cartas de corso pelos reis da Europa, em especial a Inglaterra, a partir das quais os piratas poderiam roubar as mercadorias dos navios de nações inimigas a fim de prejudicá-las

economicamente e efetivar a hegemonia dos monarcas patrocinadores desses corsários. No contexto atual, os mercenários são empregados em missões secretas para enfraquecer governos de baixo poderio militar, mas grande potencial econômico que não estão de acordo com os interesses das potências mundiais a fim de garantir o controle de recursos vitais na economia global nas mãos dessas potências hegemônicas.

Em última análise, é fundamental entender que as guerras irregulares transnacionais serão o tipo de conflito mais recorrente nas próximas décadas pela fragmentação atual dos poderes políticos e das próprias organizações políticas e militares. E nesses conflitos estão inseridas as forças militares mercenárias, que estão eficientemente estruturadas em empresas militares privadas, em sua maioria, fortemente vinculadas aos interesses das potências mundiais.

Mais do que nunca é imprescindível garantir que a atuação das EMPs possa ser enquadrada em órgãos de punição internacionais e que os soldados mercenários sejam responsabilizados em eventuais condutas criminosas para que não existam mais empresas como a *Blackwater Worldwide*, que apesar de realizar serviços de segurança privada reconhecidamente úteis em zonas de conflitos assim como outros serviços de treinamento, logística e consultoria militar não sofrem as devidas punições de mecanismos internacionais pela inabilidade da comunidade internacional representada pela Organização das Nações Unidas em construir um aparato institucional que possa lidar com este problema recorrente de impunidade de empresas militares privadas em suas atuações nos conflitos transnacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOX MILITAR. “Conheça os Navy SEALs, força de operações especiais da Marinha americana”. **ALMOX Militar**, c2022. Disponível em: <https://www.almoxmilitar.com.br/tropas-estrangeiras/conheca-os-navy-seals-forca-de-operacoes-especiais-da-marinha-americana>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BARILLARO, Domenico. “Conflito”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1992, pp. 225-229.

BBC News Brasil. “O que é o Wagner Group, que enviou mercenários russos para guerra na Ucrânia”. **BBC News Brasil**. 07/04/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61011969>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CACI. **CACI International Inc**. c2023. Disponível em: <https://www.caci.com/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONSTELLIS. **Who We Are**. c2023. Disponível em: <https://www.constellis.com/who-we-are/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. “Guarda Pretoriana”. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/guarda%20pretoriana>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FERREIRA, Carolina Assed. **A privatização da guerra e seus impactos no direito internacional humanitário**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.

FRIEDE, Reis. “Guerra assimétrica reversa”. **Revista História**, v. 29, n. 02, dez. 2010, pp. 158-172.

GENERAL SERVICES ADMINISTRATION (GSA). **About GSA Schedule**, 2022. Disponível em: <https://www.gsa.gov/buy-through-us/purchasing-programs/gsa-multiple-award-schedule/about-gsa->

schedule#:~:text=The%20GSA%20Schedule%2C%20also%20known,reasonable%20prices%20to%20the%20government. Acesso em: 10 fev. 2023.

GORI, Umberto. “Guerra”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1992, pp. 571-577.

KALDOR, Mary. “In defence of new wars”. **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 02, n. 01, 2013, pp. 01-16.

KINSEY, Christopher. **Corporate soldiers and international security: The rise of private military companies**. New York: Routledge, 2006.

MELO, André Queiroz de. **Estatuto das empresas militares e segurança privadas: Um estudo de direito administrativo**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Lisboa. 2019.

MICHAELIS, Henriette. “Mercenário”. In: _____. **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MIGUEL, Nuno Gonçalo Caseiro. **Empresas militares privadas: Actores privados em guerras públicas**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Católica Portuguesa. 2012.

MIRANDA, Wando Dias; NASCIMENTO, Durbens Martins. “Conflitos assimétricos e o Estado: O neoterrorismo e os novos paradigmas para formulação de políticas de defesa nacional”. **Encontro Nacional ABRI: Anais**, v. 03, 2011, pp. 01-16.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **About the Working Group**. c2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/wg-mercenaries/about-working-group>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PEREIRA, Joel Avelino Ribeiro. **Os mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência (1367-1411)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Minho. 2020.

PESTANA, Filipa Almeida. “O monopólio do uso legítimo da força e a privatização da segurança internacional: Um estudo de caso do papel da *Blackwater* no Iraque”.

Revista Militar, n. 2.579, dez. 2016, pp. 1181-1195. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1191>. Acesso em: 20 out. 2022.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. “Empresas militares privadas e a imagem do mercenarismo: Uma conceituação histórica”. Encontro Nacional da ABRI, v. 04., 2013, 2013, pp. 01-14.

POWERS, Thomas. “Por que Bush invadiu o Iraque?” **Piauí: Questões de Geopolítica**, edição 14, 14/11/2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/por-que-bush-invadiu-o-iraque/#:~:text=As%20raz%C3%B5es%20mais%20citadas%20s%C3%A3o,em%201991%2C%20derrubando%20Saddam>. Acesso em: 11 fev. 2023.

RONCO. **Ronco Consulting Corporation**. c2011. Disponível em: <https://www.roncoconsulting.com/index.html>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SANT’ANNA, Henrique Modanez de. “Mercenarismo grego e tradição militar helenística: Uma análise das questões bélicas no mediterrâneo do séc. III a.C.” **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, n. 10, 2008, pp. 25-43.

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater: The rise of the world’s most powerful mercenary army**. New York: Nation Book, 2007.

SILVA, Bárbara Thaís Pinheiro. “Empresas militares privadas e de segurança e o direito internacional humanitário”. **UFRGS IHL**, 24/08/2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ihlclinic/empresas-militares-privadas-e-de-seguranca-e-o-direito-internacional-humanitario/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SIMI, Diego Antonio Zborowski. **O emprego de empresas militares privadas pelos Estados Unidos da América durante a *Global War on Terror***. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2021.

SOUTO, Talitha Melo Franco. **A responsabilidade internacional do Estado pelos atos das empresas militares e/ou de segurança privadas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas). Universidade de Coimbra. 2017.

SOUZA, Marcelo. “A guerra irregular”. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & SCHURSTER, Karl (orgs.). **Por que a Guerra?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

TONKIN, Hannah. **State control over private military and security companies in armed conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ZEN, Cássio Eduardo. **As companhias militares privadas e o direito internacional criminal: O reconhecimento da responsabilidade criminal e da personalidade jurídica dos dirigentes corporativos segundo o Estatuto de Roma**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.